



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DENISE HELENA DELMIRO DE SOUZA

**TENSÕES MIDIÁTICAS (OU CONFLITOS DE MEDIAÇÃO) ENTRE A
COMUNIDADE E A GESTÃO PÚBLICA – A AGENDA DO CALENDÁRIO
JPB**

CAMPINA GRANDE - PB

2016

DENISE HELENA DELMIRO DE SOUZA

**TENSÕES MUDIÁTICAS (OU CONFLITOS DE MEDIAÇÃO) ENTRE A COMUNIDADE
E A GESTÃO PÚBLICA – A AGENDA DO CALENDÁRIO JPB**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (PPG/UEPB), como requisito à obtenção de título de mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa

CAMPINA GRANDE - PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S729t Souza, Denise Helena Delmiro de.
Tensões midiáticas (ou conflitos de mediação) entre a Comunidade e a Gestão pública - a agenda do Calendário JPB [manuscrito] / Denise Helena Delmiro de Souza. - 2016.
77 p.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2016.
"Orientação: Prof. Dr. Cidoval Moraes de Sousa, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa".

1. Planejamento. 2. Mídia regional. 3. Telejornalismo. 4. Jornalismo de serviço. 5. Gestão pública. I. Título.
21. ed. CDD 352.34

DENISE HELENA DELMIRO DE SOUZA

**TENSÕES MADIÁTICAS (OU CONFLITOS DE MEDIAÇÃO) ENTRE A COMUNIDADE E
A GESTÃO PÚBLICA – A AGENDA DO CALENDÁRIO JPB**


Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (PPG/UEPB), como requisito à obtenção de título de mestre em Desenvolvimento Regional.

Aprovada em: 09/06/2016


BANCA EXAMINADORA:




Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa (**Orientador-UEPB**)



José Luciano Albino Barbosa (**Examinador Interno –UEPB**)



Antonio Roberto Faustino da Costa (**Examinador Interno – UEPB**)



Fabrício José Mazzoco (**Examinador Externo – UFSCAR**)

Meus sinceros agradecimentos

Ao meu Deus, por me dar discernimento, sabedoria e inspiração,
Ao meu orientador e amigo Cidoval Morais de Sousa que me apoia desde a graduação,
Ao meu esposo, Mário Aguiar, pelo apoio e compreensão de eu estar longe mesmo estando perto
dele tantas vezes,
À minha família, em especial minha amada mãe, Maria Verônica, que sonhou junto comigo a
chegada desse dia e ao meu padraastro-amigo, Antônio Correa, protetor de todas as horas,
Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, pela maravilhosa oportunidade
de cursar este mestrado,
Aos meus amigos e colegas que ganhei no MDR,
Aos que fazem a UEPB, pela admiração, carinho e amor que tenho por essa instituição.
Muito obrigada a todos de coração!

RESUMO

Quando a mídia pressiona a gestão pública por determinada ação, cobrando, inclusive, um período marcado para sua resolução, gera conflito entre a agenda governamental e a população? A ação midiática na divulgação de problemas sociais promove algum desenvolvimento para a comunidade envolvida? Este estudo apresenta os resultados de pesquisa sobre as tensões midiáticas ou conflitos de mediação entre comunidade e gestão pública na agenda do quadro “Calendário JPB”, exibido no telejornal JPB – 1ª Edição, da TV Paraíba, afiliada Rede Globo em Campina Grande-PB. O referido objeto de estudo apresenta-se como uma proposta em que o telespectador pauta as reportagens da emissora sobre problemas de infraestrutura urbana ou de serviços públicos prestados de forma precária, situações vividas em sua comunidade, que por sua vez faria para e por ele a reivindicação aos agentes públicos. Assim, analisa-se, de modo geral, como o Jornalismo de Serviço pode ser um dos atores que influencia e/ou pressiona o Estado a agendar ações de seu interesse e ainda se as obras demandadas no “Calendário JPB” são estruturantes (políticas de planejamento) ou imediatistas (ações paliativas). A pesquisa é de natureza descritiva-analítica e se apoia em pesquisas bibliográficas e de campo. Analisamos as produções do quadro televisivo desde 2011 (ano em que foi iniciado) até 2015: foram 37 reportagens avaliadas, sendo escolhida uma por mês. Na avaliação, em um primeiro momento, descrevemos o tipo de demanda social, o bairro, o resultado dado pelos jornalistas (resolvido ou não resolvido) e a tipologia; em um segundo momento, observamos se as ações reivindicadas e exibidas pelo canal de TV são estruturantes ou imediatistas. O resultado da pesquisa aponta para obras que na maioria das vezes se mostraram imediatistas e que não deixam mudanças significativas e/ou planejadas para o futuro das comunidades.

Palavras-chave: Planejamento. Mídia Regional. Telejornalismo.

ABSTRACT

When the media press public management by determined action, asking, including a period marked to its resolution would be interfering with the autonomy of the proposed planning for a particular territory? The media in disseminating social problems creates conflict between the government agenda and the population? This study presents the research results on the "Calendário JPB" aired on TV newscast JPB - 1st Edition, TV Paraíba, Rede Globo affiliate in Campina Grande-PB. The object of study is presented as a proposal in which the viewer characterizes itself the reports of the issuer of the problems experienced in their community, which in turn would make for and he revindication to public officials. So it is analyzed, generally as Service Journalism can be one of the actors who influence and / or press the state to schedule actions of interest and the contributions of "Calendário JPB" for those involved in the reports communities are the structuring or immediate type, that is, if there was some sort of planning or not. The research is descriptive-analytic nature and is based on literature and field research. We review the television picture productions since 2011 (the year it was started) in 2015 were 37 reports assessed, always being a chosen per month, to give more breadth to research. In the evaluation, at first we describe the kind of social demand, the neighborhood, the result given by journalists (resolved or unresolved) and type, in a second moment we observe that the claimed actions are structuring or immediate. The result of the research points to works that most often proved immediate and leave no significant changes and / or planned for the future of communities. The research also resulted in an inventory of common social demands, which become guidelines for the local media.

Keywords: Planning. Regional media. TV Journalism.

LISTA DE SIGLAS

BBC	British Broadcasting Corporation
C4D	Comunicação para o Desenvolvimento
CAGEPA	Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba
CEHAP	Companhia de Habitação Popular
IBGE	Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
JPB	Jornal da Paraíba
UHF	Ultra high frequency
UNESCO	Organização das Nações Unidas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vinheta do Quadro Calendário	50
Figura 2 - Marcação de data pela repórter.....	51
Figura 3 - Carimbo de Não Resolvido.....	52
Figura 4 - Carimbo de Resolvido	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Resultado das Obras Mostradas nas Reportagens de 2011 a 2015, pela Avaliação da Equipe de Jornalistas.....	60
Gráfico 2 - Tipologia das Reportagens de 2011 a 2015.....	61
Gráfico 3 - Autoridades Procuradas Pelo Calendário JPB (de 2011 a 2015)	62
Gráfico 4 - Porcentagem de classificação das obras em estruturantes ou imediatistas	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição das reportagens analisadas em 2011	53
Quadro 2 - Descrição das reportagens analisadas em 2012	54
Quadro 3 - Descrição das reportagens analisadas em 2013	55-56
Quadro 4 - Descrição das reportagens analisadas em 2014	57-58
Quadro 5 - Descrição das reportagens analisadas em 2015	59
Quadro 6 - Classificação das obras mostradas nas reportagens de 2011 a 2015.....	63-64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	14
2.1 AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO.....	15
2.2 A COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (C4D)	18
2.3 DO ESTADO HERDADO AO ESTADO NECESSÁRIO.....	22
2.3.1 O Planejamento Herdado para as Políticas Públicas	24
2.4 A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA AGENDA DE DECISÕES DO ESTADO	27
2.4.1 “Midiasfera”: da sociedade espetáculo a sociedade líquida	29
3 O JORNALISMO DE SERVIÇO NO BRASIL	32
3.1 O REGIONAL DO PONTO DE VISTA TELEVISIVO	33
3.2 JORNALISMO PÚBLICO OU CÍVICO NO CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL	35
3.3 JORNALISMO COMUNITÁRIO OU JORNALISMO DE SERVIÇO?	38
3.4 AS INICIATIVAS NA TV BRASILEIRA.....	42
4 CONHECENDO A EXPERIÊNCIA DO “CALENDÁRIO JPB” DA TV PARAÍBA	47
4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS	47
4.2 IMPLANTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA PRODUÇÃO DO QUADRO “CALENDÁRIO JPB”	49
4.3 DESCRIÇÃO E TIPOLOGIA DAS REPORTAGENS DE 2011 A 2015	53
4.4 ANÁLISES DAS OBRAS EXIBIDAS REPORTAGENS: DO IMEDIATO AO ESTRUTURANTE.....	62
4.4.1 As Respostas do Poder Público e a Reação da Comunidade	66
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

Meio-dia. O telespectador liga a TV e vê que ele e os vizinhos estão passando na reportagem sobre o buraco da rua onde moram. Talvez eles já tivessem buscado a prefeitura, ou a Câmara de Vereadores para fazer pressão política ou, ainda, a Associação de Moradores para juntos reunirem assinaturas em um abaixo-assinado cobrando melhorias para a localidade. Mas mesmo que tenham recorrido às alternativas anteriores, os moradores buscaram a mídia na esperança de que o poder público, pressionado pelas câmeras, atendesse com rapidez a sua demanda. E não importa o caminho para que essa demanda seja atendida, que esteja ou não inserida numa política de infraestrutura pensada e planejada, mas que seja logo sanada, de imediato, sem demora no tempo dos meios de comunicação. Muitas vezes essas situações se mostram tensionadas, pois, de um lado, a mídia agudiza a relação da sociedade com o poder público, e, de outro, se mostra responsável por questionar e/ou mediar. Nesse sentido é gerado um conflito no planejamento da gestão pública que passa sofrer pressões da agenda imposta pela mídia.

Este trabalho tem como objeto justamente a tensão midiática ou conflito de mediação entre a comunidade e a gestão pública pelo projeto “Calendário JPB” da TV Paraíba, afiliada Rede Globo em Campina Grande-PB. O objeto estudado foi escolhido por causa da sua representatividade, uma vez que a TV Paraíba é uma TV Regional que abrange 91 municípios paraibanos e o JPB Primeira Edição detém 52% da audiência no Estado da Paraíba, dados da pesquisa (IBOPE, 2015). A escolha também se deu pela proximidade da pesquisadora com a área pesquisada, pois sou repórter e apresentadora da referida TV há 7 anos e já participo da produção do “Calendário JPB”.

O objetivo do presente estudo é, portanto, compreender as consequências dessas reportagens para o desenvolvimento das comunidades envolvidas, no que tange aos tipos de obras cobradas na televisão e sua natureza. Pretendemos com isso buscar responder as seguintes questões: Como a televisão regional mediatiza as tensões decorrentes da vida nas cidades? Nesse contexto, qual o papel do Jornalismo de Serviço? De que forma ele atua na mediação Estado-sociedade?

Quanto a metodologia, é uma pesquisa descritiva-analítica, já que para a análise dos dados se utiliza ao mesmo tempo de técnicas descritivas e analíticas. A pesquisa foi

dividida em cinco fases. Primeiro, nós utilizamos as técnicas descritivas para observar uma reportagem por mês desde que o “Calendário JPB” foi lançado na TV Paraíba, isso em 2011, até o ano de 2015. Decidimos escolher desta forma, uma por mês, para dar uma maior amplitude ao quadro, já que são exibidas entre 10 e 12 reportagens/mês e nem todas se passam no município de Campina Grande, sede da referida TV. O material assistido foi adquirido no Centro de Documentação (CEDOC) da TV e também o disponibilizado na página da emissora na internet (g1.com.br/pb). Também tivemos acesso ao sistema que arquiva as edições do telejornal chamado *Easynews*. Depois, descrevemos detalhes das reportagens e das reivindicações. A terceira fase da pesquisa foi estabelecer as tipologias e na quarta fase da pesquisa, utilizamos as técnicas analíticas para compreender se os casos exibidos nas reportagens do quadro “Calendário” são do tipo: estruturantes ou imediatistas. No último passo deste estudo, analisamos se o “Calendário JPB” tem deixado algum legado para as localidades envolvidas. Se de fato o jornalismo tido como “comunitário” e aqui chamado “de serviço” atingiu os cidadãos de forma positiva.

Inicialmente, os esforços desta dissertação convergem para o ambiente teórico sobre mídia e desenvolvimento. Procuramos analisar o contexto histórico de desenvolvimento no mundo, como a partir dos anos 1970, a temática passa a ser avaliada não só pelo fator econômico, mas também social, ambiental, entre outros. Refletimos também como tem sido pensada e/ou discutida a relação Mídia e Desenvolvimento na contemporaneidade. De que maneira os meios de comunicação se utilizam do discurso neoliberal de um Estado incapaz de atender as reivindicações da população, para assim poder interferir nas ações governamentais com o apoio do público. E ainda como transformam essa imagem num espetáculo através dos holofotes da TV, dando mais visibilidade ao problema vivido por determinada comunidade e mostrando aos moradores que a mídia pode ser o canal mais rápido com o poder público.

No segundo capítulo, procuramos contextualizar o jornalismo contemporâneo nesse debate da relação Mídia e Desenvolvimento. Compreendendo que, se estamos falando sobre problemas locais, logo eles são exibidos pela “TV Regional”, um regional do ponto de vista televisivo, delimitado pela área de cobertura da emissora. E na “TV Regional”, o tipo de jornalismo mais utilizado é o “comunitário” ou como preferimos

identificar nesta pesquisa “de serviço”. Visto que a mídia contemporânea se utiliza do discurso de “comunitário” para se auto referenciar e legitimar esse discurso, pois o significado do termo está relacionado à participação direta dos cidadãos em todos os processos de decisão das pautas e reportagens, e não é o que acontece no jornalismo “de serviço”. Por isso usamos a noção de Sobrinho (2014) para caracterizar o nosso objeto de estudo, o “Calendário JPB”, como jornalismo de serviço. O jornalismo que por interesse de proximidade com o público se desenvolve em torno de problemas pontuais e não permite uma tomada de consciência cidadã. E esses jornalismo com temas mais populares derivam justamente do jornalismo público ou cidadão, um estilo que surgiu nos EUA nos anos 1990 para aproximar os jornalistas do então leitores e espectadores.

Na última parte do nosso trabalho, discutimos a estrutura do projeto “Calendário JPB”, como surgiu, é feito e pensado. Como os telespectadores tem acesso a ele e que demandas sociais são mais exibidas. Para isso, foram analisados 37 meses do referido objeto, de setembro de 2011 a junho de 2015. Procuramos avaliar uma reportagem por mês para dar mais visibilidade à pesquisa e demos preferência a matérias gravadas na cidade de Campina Grande-PB. Foram tabelados a data de exibição, o bairro, o problema da comunidade, o tipo de avaliação da equipe de jornalistas (resolvido ou não resolvido) e a tipologia (saúde, educação, infraestrutura, mobilidade urbana, saneamento básico, abastecimento de água). Em um segundo momento foi percebido se o tipo de ação mostrada no programa foi estruturante ou imediata, ou seja, se estava ligada a algum tipo de planejamento ou não.

2 COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Não é fácil entender a mídia, afirma Guareschi (2007), mas é possível perceber que vivemos hoje numa sociedade midiaticizada em que os meios de comunicação constroem a realidade a partir de seus valores, espetacularizam, montam a agenda e discussão e influem na nossa subjetividade. Estamos cercados por ideias e imagens que penetram nossas mentes. O que discutimos em nossas casas, com amigos ou no trabalho tem muita chance de ter sido provocado pela mídia. “A comunicação constrói, hoje, o novo ambiente social”. Essa influência direta nas nossas vidas tem muita relação com o poder exercido pela mídia. Em mais de 600 anos da contribuição de Johannes Gutenberg à invenção da imprensa, Alexandre e Fernandes (2006) observam que ela passou a seguir o dinheiro e não a ética; sua vigilância ficou totalmente comprometida com o poder e com os interesses empresariais. E assim sendo para atender à seus interesses, não deixou de adotar o papel que seria do poder Judiciário, o de julgar, acusar, condenar e absolver.

Ao mesmo tempo um elemento para processos decisórios e para elaboração de políticas públicas é o acesso à informação, pois ter acesso ao conhecimento nos inquieta e se torna uma das condições para o desenvolvimento. Dependendo da forma como a comunicação é feita, ela se torna uma variável para investigar se o desenvolvimento em uma conjuntura regional ou nacional supera o fator econômico. (CARNIELLO; SANTOS, 2013, p. 341). Uma temática que ganhou força nos anos 1970, quando o desenvolvimento passa a ser compreendido como respeito ao ser humano e sua cultura, quando se entende que um país rico não é necessariamente desenvolvido se levarmos em consideração, por exemplo, os aspectos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Ao passo em que a temática do desenvolvimento é discutida pelo mundo, o termo Comunicação para o Desenvolvimento (C4D) também e isso há mais de meio século. Foi usado pela primeira vez na Ásia em 1972 por Nora Quebral, considerada a “mãe da C4D”, e na América Latina, segundo Peruzzo (2007) passou a se chamar “comunicação e mudança social” ou “comunicação para a cidadania”. Para Paula (2012) a C4D ensina novas habilidades e encoraja a participação local nas atividades de desenvolvimento.

Será que o jornalismo contemporâneo tem apostado nessa participação efetiva? Nessa mudança social? Há mais de vinte anos os ideais republicanos sintonizaram a ideia

de que o Estado seria irrecuperável, principalmente durante a imposição do neoliberalismo, com destaque para o Brasil. Nesse sentido as ações governamentais têm perdido valores e as ações do setor privado ou ligadas à gerência empresarial, teriam respostas mais eficazes à população. Esse descrédito com o Estado só fez e faz aumentar a influência de outros atores na tentativa de responder as necessidades das pessoas, e os meios de comunicação acabam se tornando um deles (SANTOS, 2007).

Muitas vezes, as imagens dessas mediações entre povo-poder público são mostradas de forma espetacularizada, já que encaminham a demanda social local, pertencente a uma comunidade, para a “mídiasfera”. Na “mídiasfera”, as respostas aos problemas são imediatistas, líquidas, de fácil resolução e entendimento, como condiz com a linha editorial da maioria dos meios de comunicação.

2.1 AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

Ora, se nossos questionamentos se iniciam para como tem sido pensada e/ou discutida a relação Mídia e Desenvolvimento na contemporaneidade, precisamos antes compreender o processo histórico do tema “desenvolvimento”.

A temática ganha importância depois da Segunda Guerra Mundial quando os países que dela participaram sentiram a necessidade de deixar para trás tudo o que vivenciaram: pobreza, desemprego, miséria, desigualdades econômicas e sociais, entre outros. Com o pós-guerra, o desenvolvimento passou a ser sinônimo de crescimento econômico e modernização. O país quanto mais industrializado, mais desenvolvido seria. Para o teórico W.W. Rostow, na década de 60, sobre a Teoria das Etapas do Desenvolvimento Econômico, não existia outro caminho senão este (BRASILEIRO; CORIOLANO, 2012).

Entretanto, essa trajetória imaginada só foi seguida “na parte de cima do mundo”, Chang (2004) afirma que os países ricos não seriam o que são hoje se tivessem adotado as políticas que recomendam aos países em desenvolvimento. Chang (2004) acredita que os países desenvolvidos estão tentando chutar a escada pela qual chegaram ao topo, impedindo as nações em desenvolvimento de adotarem as políticas que eles adotaram. É

o subdesenvolvimento como subordinação. “Pouco se acredita que haja predisposição de países ricos e desenvolvidos à colaboração com processos de desenvolvimento sem onerar os subdesenvolvidos” (BRASILEIRO; CORIOLANO, 2012).

Com o tempo foi se observando que apenas o crescimento econômico não determinava o desenvolvimento de uma população. Os almejados projetos de industrialização haviam sido insuficientes para eliminar a pobreza, a negligência dos serviços públicos, a carência de oportunidades de empregos e a manutenção da ordem e da paz. (BRASIL, 2009). Teses como a de Giovanni Arrighi, no livro *A ilusão do Desenvolvimento*, começavam a questionar se seria mesmo possível algum tipo de ascendência na economia capitalista mundial, que é formada de um lado pelos países centrais detentores do poder dos variados mercados e de outro por uma extensa periferia que continha os países chamados de Terceiro Mundo. Arrighi conclui que o desenvolvimento é uma ilusão, isso no sentido estrito de acúmulo de riqueza por parte de um número significativo de países. E para entender o desenvolvimento antes de tudo é preciso abandonar a ideia de que ele significa o mesmo que industrialização, um dos quesitos principais de sua tese (ARRIGHI, 1997).

O desenvolvimento se realiza quando os valores humanos se abrem para a capacidade criativa e a acumulação se difunde em segmentos importantes da coletividade é o que podemos resumir de Celso Furtado em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Na obra, ele explica que a análise econômica sozinha não pode explicar as dinâmicas das mudanças sociais e que o processo de desenvolvimento se dá por combinações de novos fatores (FURTADO, 1961).

Thomas Piketty em *O Capital: no século 21* (2014, p. 82), discorre sobre a realidade da desigualdade entre países que para ele é multidimensional, e “seria uma ilusão tentar resumir tudo usando um único indicador monetário que permitisse obter uma classificação única, sobretudo entre países que possuem rendas médias mais ou menos semelhantes”.

A teoria econômica clássica fundamenta o processo de convergência entre os países e a redução progressiva da desigualdade, com base nas forças de mercado e da livre concorrência. Entretanto Piketty (2014) acredita que essa teoria é otimista demais e que essa convergência não implica de modo algum que aconteça também com a renda

desses países. A renda nacional dos ricos é eternamente superior a dos pobres. A tese central do livro mostra que uma diferença que parece pequena entre a taxa de retorno do capital e a taxa de crescimento pode produzir, a longo prazo, uma estrutura desigual e sem estabilidade na sociedade.

Com o olhar voltado para o Brasil, uma prova da continuidade das desigualdades sociais, políticas e econômicas é o Nordeste que tem um histórico de concentração de renda desde a instalação dos grandes complexos econômicos geradores dessas desigualdades como, por exemplo, a escravidão. Bacelar (2000) analisou as atividades econômicas e seus efeitos sociais do Maranhão a Bahia de 1960 a 1992. No começo desse período 80% da produção industrial estava concentrada no Sudeste, 40% na cidade de São Paulo e o Nordeste com apenas 6%. A região sofreu muito com a competição inter-regional (BACELAR, 2000).

O Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da UNESCO de 1997 afirma que “o desenvolvimento divorciado do seu contexto humano e cultural não é mais do que um crescimento sem alma”. A cultura passa então a ser reconhecida como fator indispensável de aprimoramento do ser humano. O ciclo de fomento a começar pela cultura chega à educação, valoriza e resgata as identidades locais buscando novas alternativas de desenvolvimento (CUÉLLAR, 1997).

Uma noção muito aproximada do *Desenvolvimento como liberdade* de Amartya Sen (2010). O economista indiano trouxe uma abordagem diferente do que seja desenvolvimento, considerando a liberdade individual como um comprometimento social, como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. Sen destaca cinco tipos de liberdades instrumentais: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Essas liberdades interligadas propiciam mudanças significativas no desenvolvimento, um exemplo são as oportunidades sociais, pois onde há ampliação da educação e saúde pública, uma mídia livre e ativa e uma redução nas taxas de mortalidade, conseqüentemente os efeitos sobre o desenvolvimento podem chegar a ser: elevação do nível de emprego, elevação da renda *per capita*, e diminuição na taxa de mortalidade infantil (SEN, 2009).

2.2 A COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (C4D)

Em meados dos anos 1940, as Nações Unidas, na sua tentativa de promover direitos e deveres humanos, já apostavam na comunicação como facilitadora da ação participativa de uma pessoa na sociedade, equilibrando a capacitação para as responsabilidades sociais. A partir daí observa-se uma evolução da Comunicação para o Desenvolvimento (C4D) com os ideais desenvolvimentistas da época, partindo do “Programa dos Quatro Pontos” dirigido pelo então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, e criado em 1945. A proposta, segundo Paula (2012), era aliviar o “sofrimento” do Terceiro Mundo copiando e difundindo o mesmo modelo de desenvolvimento ocidental (conhecimento, tecnologia, práticas, competências e novos mecanismos de poder) em diversas áreas: agricultura, comércio, indústria e saúde. Os EUA foram considerados como bem-sucedidos no início do século XX, num período intitulado de “Era Dourada” do capitalismo, que durou de 1948 a 1977. Os americanos eram exemplo para outros países, já que aparentemente podiam conciliar uma notável produção econômica com a democracia (Estado sensível às demandas sociais) (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Em 1958, a Assembleia Geral das Nações Unidas planejou um “programa de ação concreta” para edificar a imprensa, o rádio, o cinema e a televisão nos processos de desenvolvimento social e econômico. Foi requisitada da UNESCO uma avaliação geral e então começou uma série de simpósios pela periferia do mundo (Ásia, África e América Latina). A importância dos veículos de informação no tocante ao progresso em geral e ao uso das novas técnicas de comunicação aceleradoras do processo educacional era bem divulgada. Na época, a UNESCO autorizou a publicação do livro “Comunicação de Massa e Desenvolvimento” do então diretor do Instituto de Pesquisa de Comunicação da Universidade de Stanford, Dr. Wilbur Schramm, para oferecer, na prática, o programa de desenvolvimento dos veículos de massa (SCHRAMM, 1970, p. 16).

Na defesa da informação como direito básico, a Comissão de Direitos Humanos, esclarece Schramm (1970), pregava a liberdade de ignorância e da manipulação unilateral, como se o fluxo adequado de informação fosse necessário para a distribuição

de cultura entre os que têm mais e os que têm menos conhecimento sobre determinado assunto. A comunicação promoveria canais pelos quais as necessidades e desejos dos habitantes seriam levados à hierarquia, para que assim fizessem parte das decisões de alto nível, buscando atraí-los para tomadas de decisão e discutir práticas políticas.

Na considerada primeira década do desenvolvimento (1960), era preciso transferir a comunicação de ideias, conhecimento e habilidades porque compreendia um momento de prosperidade, crescimento econômico e investimentos na industrialização e tecnologia. Para tal modernização, era imprescindível e indissociável o elo entre Comunicação e Desenvolvimento, pensado e imposto pelos Estados Centrais, com o objetivo de assegurar a hegemonia em nível nacional. (PAULA, 2012).

A *Década de 1970* marca o aparecimento formal do termo C4D. Este período destacou-se pela afirmação de peritos em comunicação do Terceiro Mundo, treinados nos EUA, que desafiaram a natureza da pesquisa americana em termos de C4D, reconhecendo que os primeiros projetos desenvolvimentistas não valorizaram os verdadeiros entraves comunicacionais. Uma década pessimista do ponto de vista econômico e que dava abertura para novos caminhos, alternativas de desenvolvimento, modelos de crescimento em que as pessoas fossem agentes geradores da mudança. A comunicação participativa então ganhou adeptos e passava a noção de que os indivíduos são sujeitos ativos no processo de difusão da informação. Um relatório da Unesco, já advertia a necessidade de instituir uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (PAULA, 2012).

O modelo dos anos 1970 fracassou por diversas razões, entre elas: a comunicação de massa só era vista de forma unidirecional e impessoal na transmissão de informações; a associação da comunicação à cultura foi subvalorizada; visão etnocêntrica do desenvolvimento (considerava o Terceiro Mundo atrasado devido às suas tradições ancestrais); e o tripé comunicação, desenvolvimento e empoderamento, não era visto como impulsionador do progresso.

A década que sucedeu não foi das melhores, 1980 foi considerada a “década perdida” com recessão global, redução dos gastos estatais com serviços sociais e os países subdesenvolvidos com várias dificuldades econômicas (queda da exportação, balança de pagamentos e entraves para liquidar empréstimos). Esse panorama levou, em

1989, o professor nigeriano de comunicação de massa, Andrew Moemeka, a reformular os conceitos de Comunicação e Comunicação para o Desenvolvimento. O novo conceito colocava a ênfase em como as pessoas usavam a comunicação, um modelo mais interativo, humanizado e democrático.

De acordo com Magalhães (2009), comunicação e desenvolvimento estão estreitamente vinculados a um processo encarado e encaminhado em função do interesse e poder de determinados grupos específicos. A comunicação aqui é um fato de relações sociais, um fenômeno de intercâmbio múltiplo de experiência, e não mero exercício unilateral de influência individual.

Só em 1990, há um debate de políticas globais sobre o bem-estar social e se percebe um retorno às necessidades básicas de 1970, principalmente após a primeira publicação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH de 1990). Há uma tentativa de abordagem do desenvolvimento mais centrada nas pessoas que identifiquem a importância da autoconfiança, capacitação, participação local e da sustentabilidade ambiental.

Para referenciar o tema Comunicação para o Desenvolvimento, Magalhães (2009) estabelece cinco ideias-chave: a) centralização do poder ou *top-down* (de cima para baixo), nos anos 1970 a informação era usada com o objetivo de intervenção; b) integração das abordagens ou *bottom-up* (de baixo para cima). Nos anos 1980 os trabalhos de liderança governamental eram baseados na ideia de mobilização; c) adoção de estratégias para melhorar a qualidade de vida das comunidades; d) combinar comunicação interpessoal e atividades multimídia, os meios de comunicação ganham muita importância para gerar diálogos entre grupos diretamente expostos; e e) incorporação de fatores pessoais e contextuais para o desenvolvimento local.

Em oposição às últimas décadas, há uma tentativa atual de transformar a Comunicação para o Desenvolvimento como capacitação individual e coletiva, organização popular, resgate e valorização de experiências. Um momento em que novas questões são abordadas frente ao tipo de desenvolvimento que era entendido até então, relacionadas aos campos do desenvolvimento local, da gestão pública, da gestão social, da justiça social. Uma ressignificação da C4D mais ligada ao tipo de desenvolvimento discutido no Brasil a partir dos anos 1980.

Uma discussão que se estende até hoje, em um país que tem na comunicação um caráter concentrador, já que apenas nove famílias de empresários detêm os principais meios de comunicação, ou seja, possuem juntos a informação e o “conhecimento” que mais circulam entre os brasileiros. As notícias partem daquele mesmo eixo que concentra a produção industrial e a própria economia. Segundo informações de uma reportagem sobre a mídia brasileira pela British Broadcasting Corporation - BBC, o mercado de mídia no Brasil é dominado por um “punhado de magnatas” e famílias. Na indústria televisiva, três deles têm maior peso: a família Marinho (dona da Rede Globo, que tem 38,7% do mercado), o bispo da Igreja Universal do Reino de Deus Edir Macedo (maior acionista da Rede Record, que detém 16,2% do mercado) e Silvio Santos (dono do SBT, 13,4% do mercado). Em síntese, a acumulação de riqueza é também a da comunicação, uma “hegemonia de pauta” (BBC, 2016).

Na visão particular e realista de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento, existem possibilidades e limites para a construção de uma sociedade moderna, justa e democrática de acordo com as noções “cepalinas”¹, alguns fatores são: a deterioração nas relações de troca; a estrutura agrária antiga; as relações entre a monocultura exportadora e o imperialismo internacional; e a dualidade da estrutura produtiva e das relações de trabalho. Todas são especificidades latino-americanas que apontam a impossibilidade de um crescimento econômico contínuo na ausência de um projeto político nacional, com que haja redistribuição de renda e redução das desigualdades regionais e sociais (NABUCO, 2001).

E para encontrar esse caminho no âmbito da comunicação Peruzzo (2007), aposta no exercício da cidadania e negação de valores e práticas de cunho autoritário por meio do acesso aos canais de informação. Nesse sentido, o desenvolvimento vai além do desenvolvimento econômico e se baseia na participação ativa das pessoas na sociedade, o fazer político. Essa comunicação se insere na proposta de desenvolvimento integral e participativo, de aumento da renda ligado ao aumento também da capacidade cognitiva.

¹ A CEPAL ou Comissão Econômica para América Latina e Caribe é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana. Furtado era integrante dela.

A cidadania defendida por Peruzzo (2007) é traduzida também em desenvolvimento social com igualdade. Entretanto o que se vê são diferenças dentro dos países e entre nações no tocante a descobertas científicas, saúde, educação, arte, lazer e outros direitos gerados pelo processo histórico pelo qual o cidadão teve que passar. A situação desigual é consequência do modelo de desenvolvimento adotado com enfoque no acúmulo de riquezas. As aplicações das políticas públicas e de planejamento passaram a ser nessa lógica, conforme as noções mercadológicas de crescimento.

A falta de mecanismos suficientes para atender aos cidadãos por parte do Estado abre espaço para atores que se utilizam do discurso de que os serviços públicos são irrecuperáveis, a exemplo da mídia. Como observa Santos (2007), os ideais republicanos levaram a crer que o Estado é “diabólico” e que os serviços públicos perderam os seus valores. No sistema capitalista, ninguém busca reformar o Estado como se busca recuperar uma empresa em crise de falência, por exemplo.

2.3 DO ESTADO HERDADO AO ESTADO NECESSÁRIO

Que mudanças seriam necessárias na estrutura do Estado Brasileiro para que ele efetivamente pudesse atender as demandas sociais? Antes de responder a essa pergunta precisamos entender as características do Estado que herdamos.

Para Costa e Dagnino (2014), o Estado que herdamos é incompatível com a mudança que esperamos, pois se mostra irreconciliável com as premissas de participação e de transparência, ele é homogeneizador, uniformizador, centralizador e tecnocrático. A herança da ditadura militar é de um Estado que combinava autoritarismo com clientelismo, e que não contemplava os recursos como escassos. Ainda é tradicional no Brasil, que os problemas que o Estado deve tratar sejam definidos conforme a orientação ideológica e o pensamento político conservador dominante. Os autores explicam que as demandas viram aquele padrão único para toda e qualquer situação, ou seja, causa-problema-solução:

O governo não apenas filtrava as demandas da sociedade com um viés conservador e elitista, como também adotava uma maneira técnico-burocrática para tratá-las que levava à sua uniformização, ao seu enquadramento num

formato genérico que facilitava o tratamento administrativo (COSTA; DAGNINO, 2014, p. 20).

A boa notícia hoje em dia é que com o fim do Regime Militar nasce o processo de democratização e com ele a demanda crescente de direitos da cidadania. A partir da Constituição de 1988, o país passa por transformações profundas, em especial, na gestão pública. Nos últimos vinte anos aconteceram avanços contundentes no acompanhamento do trabalho dos representantes do executivo com o fortalecimento das ações dos Ministérios Públicos e Tribunais de Contas de todas as esferas.

Na medida em que o processo avança, aumenta ainda mais a capacidade dos grupos marginalizados encontrarem espaço pra divulgar suas necessidades por bens e serviços (alimentação, transporte, moradia, saúde, educação, comunicação e outros). Os autores afirmam que pra chegar ao ápice desse cenário tendencial da democratização, será necessário “duplicar o tamanho” das políticas para incorporar mais da metade dos brasileiros desatendidos. Se esse processo não for alcançado é porque pode ter sido muito dificultado pela enorme esterilização de energia social e política, ou seja, as pessoas deixam de lutar por aquilo que acreditam. A democratização se dará pela percepção da realidade social (COSTA, DAGNINO, 2014).

A concentração de poder econômico deixa pouco espaço para uma ação interna estatal, no sentido de disponibilizar conhecimento-base para melhorias em todos os setores da sociedade, alterando o cenário de miséria que se encontra a maioria da população do Brasil. O conhecimento faz toda a diferença, pois é responsável por alcançar a governabilidade necessária. Por outro lado, o que acontece é que o Estado brasileiro concentra forças na dívida social causada muitas vezes pelos principais obstáculos do processo de democratização, seriam eles: a privatização, a desregulação e a liberalização. Mascarando a responsabilidade de proteção aos mais pobres e mais fracos e se curvando aos interesses do capital globalizado (COSTA, DAGNINO, 2014).

O caminho para o Estado Necessário seria a formação de quadros técnicos-políticos que dominasse o processo de elaboração das políticas públicas a ponto de serem capazes de utilizá-lo como ferramenta de mudança social, econômica e política. E ainda que esse mesmo quadro fosse capaz de mostrar eficiência no uso dos recursos que a sociedade lhe faculta. Sem democracia não há um Estado que promova o bem-estar das

maiorias, só ela aliada a gestão pública eficiente pode transformar a sociedade no que almejamos. Por isso antes de qualquer mudança é necessária a conscientização e mobilização políticas, e que ocorra sem um custo social maior do que o que a sociedade vem pagando.

Num estudo sobre governança pública Kissler e Heidemann (2006), chamam Estado Herdado e Estado Necessário de Estado Convencional e Novo modelo de Estado. Com as seguintes características em sua transição: de um Estado de serviço, produtor do bem público para um que serve de garantia à produção do bem público; de um Estado ativo, provedor solitário do bem público para um ativador, que aciona e coordena outros autores a produzir com ele; e de um Estado dirigente ou gestor para um Estado cooperativo, que produz o bem público em conjunto com outros atores. É uma forma inovadora de ver os problemas sociais, criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro, tudo numa ação integrada, transparente e compartilhada entre Estado, empresas e sociedade.

Quando o Estado Herdado é cada vez menos necessário, ou quando o convencional cada vez menos passa para o novo modelo, a população tende a buscar outras formas de se manifestar, de cobrar soluções próprias para as suas demandas, e uma delas é pelos meios de comunicação.

2.3.1 O Planejamento Herdado para as Políticas Públicas

Quando esses elementos para um Estado Necessário são distantes da realidade das demandas sociais, surgem os problemas de planejamento que vem de uma herança de longas décadas de experiências fracassadas, com planos mirabolantes ou megalômanos, que no papel funcionam, mas na prática não, e os resultados acabam sendo decepcionantes ou desastrosos como explica Oliveira (2006). O autor responde a um questionamento: Por que costumamos falhar? Os planos estão longe de ser uma construção política e social como deveriam. O planejamento em políticas públicas tem que ser visto como um processo, ele não é só um produto técnico, um bloco de papéis bem escritos e formatados dentro de uma gaveta fechada. E mais, o alerta de Oliveira é

de que as políticas públicas necessitam não apenas de bons textos, mas de bons planejadores, com mentes privilegiadas e “visões de futuro”.

O Estado Herdado Brasileiro costuma dar ao planejamento uma forma de controlar a economia e a sociedade. Ele não é visto como um processo de decisão construído como vem sendo discutido. A ele não é gerada uma confiança, muito menos um aprendizado aos diversos atores envolvidos na questão (OLIVEIRA, 2006).

E a preocupação em tornar a máquina pública mais eficiente está presente nas pesquisas de Azevedo (1996). Ele estudou a concepção de planejamento e sua articulação com a gerência presente no enfoque estratégico situacional de Carlos Matus, e percebeu que essa concepção parte da articulação: planejamento e governo. “Pretende resgatar o planejamento como método de governo, como ferramenta útil, flexível e eficaz para lidar com as necessidades da direção em cada lugar da administração pública” (AZEVEDO, 1996, p. 130). O governo como comandante de um processo, que tem a responsabilidade da tomada de decisões, “planeja quem governa”.

E qual seria a única forma para que o planejamento funcione? Matus responde ao relacionar esse planejamento com as necessidades de quem gerencia, pois a estratégia não deve perder o contato com a ação tática, caso contrário as restrições do presente levam a desvios de direcionalidade, total perda de contato com a realidade. Por isso o autor faz a diferenciação entre planejamento tradicional ou “herdado” e planejamento situacional. O primeiro não considera outras forças sociais que também planejam, além do Estado, e restringe-se ao planejamento econômico, sem a contextualização política na construção do plano. O segundo é compreendido como uma forma de organização para a ação usa a exploração do futuro como recurso para dar racionalidade a ação. “Cálculo e ação são inseparáveis e recorrentes. Assim o planejamento é o cálculo que precede e preside a ação. É o cálculo para a decisão de ser tomada hoje” (MATUS, 1987 apud AZEVEDO, 1996).

O ponto de partida para o encontro entre governo e planejamento é o tempo presente, já que o amanhã é um produto intermediário e é no hoje que existem as possibilidades para projetar ações e ser oportuno e eficaz na ação.

O planejamento situacional aponta o fracasso do planejamento enquanto livro-plano, ou seja, enquanto documento normativo, enquanto um

futuro que “deve ser”. Como a realidade muda constantemente, é preciso que o planejamento seja a mediação entre o conhecimento e a ação, sendo assim continuamente construído (AZEVEDO, 1996, p. 130).

Os dilemas do planejamento regional viveram diferentes momentos antes e depois do final dos anos 1980. Anteriormente, a lógica da elaboração das políticas públicas era mais marcada por políticas verticais, generalistas e ausentes de preocupações com a realidade regional, tradição até então dominante no Brasil. Os anos 1990 foram testemunhas de uma nova visão sobre o desenvolvimento regional, abordagens que passam a apresentar os territórios com foco numa tripla eficiência de processos de desenvolvimento: econômica, social e ambiental. “Sob o ponto de vista do planejamento regional, os arranjos institucionais participativos passam a ser fundamentais na busca por um maior alcance de políticas públicas, já que promoveriam o diálogo entre diferentes agentes sociais” (GALVENESE; FAVERETO, 2014). Uma facilitação a cooperação em torno de planos e programas regionais feitos de uma forma que fossem capazes de voltar os investimentos públicos aos setores mais necessitados, uma maior eficiência e impacto na qualidade de vida da população daquele território.

Em um estudo sobre as formas de planejamento do território do Vale da Ribeira, Galvenese e Favereto (2014), perceberam que com a interação de diversas instituições participativas voltadas ao desenvolvimento sustentável da região, essas formas de planejar vêm abrindo espaço para a sociedade civil local. As instituições promovem de fato “uma maior participação de agentes no traçado de diretrizes a serem perseguidas pelo território”.

Se é verdade que hoje a sociedade civil participa, também é verdade que uma determinada sociedade civil, a que parece possuir mais recursos – políticos, sociais, culturais e econômicos - para intervir nas discussões regionais e, de fato, alterar seus resultados (GALVENESE, FAVERETO, 2014, p. 83)

Portanto só há negociação onde os agentes direcionam ao diálogo, é perceptível que existem limitações na promoção de convergências em torno de um modelo de desenvolvimento sustentável regional e que essas tentativas de mudança não vêm de hoje.

No caso do território do Vale do Ribeira existe uma tentativa de processo de desenvolvimento junto à sociedade, mas no caso desta pesquisa os moradores não se veem atendidos nos atuais planos inflexíveis e distantes da realidade, em que os mesmos

tipos de tratamento são dados para os vários problemas e operações. Sendo assim, esses cidadãos não se reconhecem nos projetos indicados para seu bairro ou comunidade, e acabam por muitas vezes buscar a exibição do fato na TV, porque acreditam que ali podem ser que as autoridades os deem prioridade.

2.4 A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA AGENDA DE DECISÕES DO ESTADO

As reclamações dos cidadãos podem surgir de diversas formas. A mais esperada seria buscar, em primeiro plano, o órgão público responsável por atender a demanda, mas nem sempre a resposta ao problema chega a contento e, por isso, perde-se a credibilidade com o Estado “herdado”. Assim as pessoas se manifestam por abaixo-assinados ou pedem apoio à associação de moradores, movem ações no Ministério Público, procuram apoio na Câmara de Vereadores, não necessariamente nessa ordem. Todavia, devido à influência da mídia, em especial da televisão, na vida dos brasileiros, esse meio passa a ser um dos principais procurados pelos cidadãos na hora de reivindicar melhoras para o bairro ou cidade. Já explicava Guareschi (2007) que “é fácil constatar que as batalhas hoje travadas na sociedade extrapolam a esfera dos poderes tradicionais como o executivo, legislativo e o judiciário, e são carregadas e arrastadas por outros poderes que se costumam atribuir a mídia”.

Essa característica mediadora da mídia já era observada por Schramm (1970, p.70) quando afirmava que “o fluxo de informação é da maior importância na regulação do nível de tensão social” e que a comunicação era um tipo de agente controlador da temperatura social, que podia elevar o grau quando aumentava as reivindicações ou diminuir quando fornecia explicações, permitindo que o povo, assim como os líderes, fosse ouvido.

Particularmente a mídia televisiva, influencia nas ações do Estado e/ou no cotidiano das pessoas muito mais por sua presença no país, pois está em 96,88% dos lares brasileiros segundo a última pesquisa do IBGE sobre o tema em 2011. Num estudo sobre a influência da televisão no meio rural, por exemplo, Mota (2011), pesquisou que 99% dos camponeses na zona rural de Palmas (TO) tinham TV em casa, sendo que 71 %

possuíam um aparelho, 19% possuíam dois aparelhos, e os 9% restantes possuíam três ou mais em suas residências. Segundo o último Censo realizado pelo IBGE em 2010, no Brasil são 76% das casas que tem televisão. “A televisão enquanto veículo comunicador assumiu em muitos lares um papel referencial e deixou de ser um mero objeto para ocupar espaços de interatividades sociais pertinentes a pessoas. Martín-Barbero destaca neste sentido o potencial de imposição cultural da televisão, considerando que este meio de comunicação em massa favorece “os lugares dos quais provêm as construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural da televisão” (Mota, 2011).

Mota (2011) ainda tem a percepção de que nas questões da cotidianidade temporal, social e familiar, a televisão, ao se inserir nos grupos familiares, assumiu o papel de um indivíduo, consumindo tempo, atenções, interferindo nas relações e limitando desta forma algumas atividades próprias à cultura do campo. A pesquisa feita por ela revelou que a televisão assumiu tempo médio de uma a três horas na vida do camponês e muitas atividades passaram a ser substituídas pela TV, a maioria ligadas à cultura e inter-relações. A televisão tem sido a principal fonte de informação da maioria da população.

A televisão é muito mais do que um aglomeramento de produtos descartáveis destinados ao entretenimento de massa. No Brasil, ela consiste num sistema complexo que fornece o código pelo qual os brasileiros se reconhecem brasileiros. Ela domina o espaço público (ou a esfera pública) de tal forma, que, sem ela, ou sem a representação que ela propõe do país, torna-se quase impraticável a comunicação – e quase impossível o entendimento nacional. [...] O espaço público no Brasil, começa e termina nos limites postos pela televisão. (MOTA, 2011, p.49).

Guareschi (2007) define a televisão como um personagem que nós passamos hoje a nos relacionar, no entanto ele é praticamente único de fala, estabelece com os interlocutores uma comunicação vertical, de cima para baixo, não faz perguntas.

A compreensão de televisão de Rincón é de um sistema de distribuição audiovisual, preferivelmente doméstico, em que “coexistem diversos dialetos audiovisuais”, cuja especificidade intrínseca é construída pelo seu caráter direto, por essa simultaneidade entre a emissão e recepção de seus programas (SOUSA, 2007).

Numa retrospectiva rápida, Machado (2000) faz uma crítica ao distinguir dois tipos de reflexão sobre a televisão. Uma que ele chamou de “modelo de Adorno” e a

outra de o “modelo de MacLuhan”. O primeiro aparece com uma visão mais pessimista da TV, o objeto indisfarçável era demonstrar que a televisão era um “mau” objeto. Adorno dispara um ataque á televisão sem nem mesmo conhecê-la. Já o segundo modelo, mostra-se com uma visão totalmente ao avesso. MacLuhan apresenta a televisão como uma experiência profunda que em nenhum outro meio se pode obter da mesma maneira.

Para Machado (2000) a abordagem precisa ser mais profunda, ele analisou a televisão com foco no seu conteúdo, no conjunto dos trabalhos audiovisuais, colocando a qualidade do que é feito como a questão principal a ser avaliada. O autor explica que ela se constitui em uma gama muito ampla de possibilidade de produção, distribuição e consumo de imagens. “Para falar de televisão, é preciso definir o corpus, ou seja, o conjunto de experiências que definem o que estamos justamente falando de televisão”.

2.4.1 “Midiasfera”: da sociedade espetáculo a sociedade líquida

A TV se propõe a mostra o real, o vivido, mas ao contrário, ela converte a vida em um espetáculo como explica Guy Debord, em seu clássico *A sociedade do espetáculo* de 1967. Para ele, o espetáculo se mostra mais importante que a realidade, pois tem o fim de unificar e constitui-se a partir de uma visão de mundo cristalizada. Na visão do mundo objetivada é mais importante a contemplação do espetáculo do que a realidade vivida. Ao mesmo tempo, ela se mostra dos dois lados, pois a realidade aparece no espetáculo e a partir disso ele também se torna real. “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre as pessoas, mediatizada por imagens” (DEBORD, 1967, p.14).

Ele expressa um modo de produção, um modelo de sociedade e de desenvolvimento. A forma e o conteúdo do espetáculo justificam as condições e os fins do sistema capitalista vigente. É o modelo atual da vida dominante em sociedade. “A linguagem do espetáculo é constituída de sinas da produção reinante, que são ao mesmo tempo a finalidade última dessa produção” (DEBORD, 1967, p. 15).

Atualmente, o espetáculo separa, afasta-se do mundo a partir dele mesmo. O real “espetacularizado” das redes sociais na internet, por exemplo, demonstra o quanto as pessoas estão mais íntimas das câmeras e parece que os fatos têm maior importância e

significado no momento em que são midiaticizados. Do ponto de vista televisivo, o espetáculo nada mais é que o exagero da mídia, cuja natureza, indiscutivelmente boa, visto que serve apenas para comunicar, às vezes pode chegar a excessos. “Assim como a lógica da mercadoria predomina sobre diversas ambições concorrenciais de todos os comerciantes, ou como lógica da guerra predomina sobre as frequentes modificações do armamento, também a rigorosa lógica do espetáculo comanda em toda parte as exuberantes e diversas extravagâncias da mídia” (DEBORD, p. 171).

A sociedade espetáculo é a vida mais terrestre que se torna opaca e irrespirável, a falsificação da vida social, tomada de seu paraíso ilusório e distante do interior do homem. Sua descrição se aproxima muito do conceito de Bauman (2007) sobre a fluidez da existência contemporânea, o que ele chamou de “vida líquida”, “modernidade líquida” ou nesse caso sociedade líquida. Líquida é uma sociedade em que “as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação”. Se de um lado a do espetáculo é o indivíduo e não o coletivo, é a vida midiaticizada, na sociedade líquida se prega o desapego, de tudo que amarra o indivíduo, da família a comunidade.

Para Bauman (2007), a atual estrutura social e econômica, com base no que é descartável e efêmero, impacta de várias formas na vida do indivíduo, seja no amor, nos relacionamentos profissionais e afetivos, na segurança pessoal e coletiva, no consumo material e espiritual, no conforto humano e no próprio sentido da existência. “A vida líquida é precária, vivida em condições de incerteza constante” (BAUMAN, 2007, p. 8).

O sociólogo analisou que a destruição criativa própria do capitalismo suscita uma condição humana em que predominam o desapego (livrar-se das coisas tem mais prioridade do que adquirí-las), a versatilidade em meio à incerteza e a vanguarda constante do eterno recomeço.

A sobrevivência da sociedade e o bem-estar de seus membros dependem da rapidez com que os produtos são enviados aos depósitos de lixo e da velocidade e eficiência da remoção dos detritos. Nessa sociedade, nada pode reivindicar isenção à regra universal do descarte, e nada pode ter permissão de se tornar indesejável (BAUMAN, 2007, p. 9).

Sendo assim o que se percebe é que os conteúdos televisivos muitas vezes nos colocam em outra sociedade, menos sólida e mais espetacular. A mídia nos posiciona em

outra esfera, uma espécie de “mídiasfera”, pois a TV só tem o mote da realidade, ela não é a realidade, mas vende a imagem que é real, por força de uma linguagem persuasiva. “Boatos da mídia ou da polícia adquirem de imediato, ou, na pior hipótese, depois de terem sido repetidos três ou quatro vezes, o peso indiscutível de provas históricas seculares” (DEBORD, 1967, p. 210).

3 O JORNALISMO DE SERVIÇO NO BRASIL

Este capítulo objetiva explicar de que forma o Jornalismo de Serviço no Brasil tem se mostrado distante do tipo de Comunicação para o Desenvolvimento descrita no capítulo anterior. Algo longe do esperado em estimular a comunicação que apostar no “exercício da cidadania” de Peruzzo (2007).

Estabeleceremos primeiro o histórico sobre o Jornalismo Público ou Cívico, iniciado dos Estados Unidos, no fim dos anos 1990 e que revolucionou o relacionamento dos jornalistas com o público. A ideia de aproximação com os leitores/ouvintes/espectadores veio depois das eleições presidenciais americanas de 1988, quando um grupo de professores e jornalistas percebeu a necessidade dos jornais da época se envolverem mais com o fato relatado.

Nesse contexto, apresentamos como no Brasil o Jornalismo Público ou Cívico se converteu em “de serviço” e/ou “comunitário”. Percebemos que a mídia brasileira se utiliza mais deste último termo para se autorreferenciar, pois na maioria das vezes a produção de notícias que se mostra comunitária, é na verdade “de serviço”.

“Comunitária” é quando o cidadão participa de todos os processos de decisão, produção, edição e exibição da notícia. “De serviço” é um tipo de jornalismo que controla os tipos de demandas sociais exibidas, em que a participação do cidadão no pensamento e elaboração da notícia é pouca ou quase nenhuma.

As iniciativas de Jornalismo de Serviço na TV brasileira têm início também nos anos 1990, com o *Globo Comunidade*, da Rede Globo de Televisão. Mais tarde surgem novos projetos de persuasão e aproximação do público, como depois de 2010, com o “Calendário”, quadro copiado por várias afiliadas globais no país.

Mas essas reportagens voltadas ao apelo popular não aparecem em qualquer TV, e sim numa mais “próxima” da realidade do telespectador, as televisões regionais com conteúdo mais voltado ao local e com uma fronteira “midiática” demarcada pelo alcance de suas antenas.

3.1 O REGIONAL DO PONTO DE VISTA TELEVISIVO

Quando partimos para discussão do lugar do público nos processos de tomada de decisão sobre a produção jornalística nas emissoras de TV, nos referimos à televisão regional. Segundo Sousa (2006), de maneira técnica ela é compreendida como um empreendimento instalado numa determinada área, com alcance limitado por lei e por recursos técnicos e com autonomia determinada pela subordinação a uma rede nacional.

Feitosa (2008) afirma que a regionalização da TV demorou aproximadamente 10 anos para chegar ao Brasil, por volta da década de 1980. Já no México foram apenas dois anos. Para se ter noção, antes, a maioria dos programas eram veiculados em cadeia nacional e desta forma a reportagem não se aproximava do seu público, já que seu foco era muito abrangente e, por demais, generalizado. Por muito tempo ainda, os telespectadores tiveram que assistir apenas telejornais e programas de entretenimento que não correspondiam a sua realidade cultural, seu ambiente, sua comunidade, seu espaço de convivência, de conhecimento de mundo. Foi assim que a partir dessa época, as emissoras começaram a notar a necessidade de interiorizar ou regionalizar suas produções em telejornais.

A programação nacional de uma emissora deixou de ter razão de existir, voltando-se mais para os aspectos regionais, ligado à comunidade em que atua. E, mesmo tendo características nacionais, hoje em dia, a interligação se faz através de emissoras regionais (ORTIWANO, 1985 apud FEITOSA, 2008, p. 28).

O crescimento da TV Regional brasileira só foi percebido no início dos anos 1980, por causa das transformações ocorridas nos meios de comunicação. Momento em que aumenta o número de emissoras de televisão e conseqüentemente são lançados satélites domésticos, e então aparecem emissoras em UHF e parabólicas, corporações internacionais passam a investir mais em radiodifusão e telecomunicações e são formadas redes regionais de televisão, a exemplo da Rede Paraíba de Comunicação, da qual a TV Paraíba (criada em 1987), objeto desse estudo, faz parte. Ainda segundo os pesquisadores a criação de redes regionais, vinculadas aos poderes políticos locais, retransmitem as grandes redes nacionais e valorizam o jornalismo local como uma forma de

fortalecimento dos pólos de poder (FESTA e SANTORO, 1991 apud FEITOSA 2008, p. 180).

Através de um canal repassador ou de uma afiliada, algumas emissoras em rede nacional repassam seu sinal. Essas emissoras são parceiras da emissora matriz, elas trocam informações quase todos os dias e têm um espaço na programação total da sua emissora de rede, espaço esse também chamado de *fade*². Neste pedaço da programação nacional, a emissora parceira veicula seu programa local. Isso pode ser chamado de “conglomerado nacional midiático”.

No Brasil essa categoria atinge quase 100% do território brasileiro. A Rede Globo, por exemplo, está em 99,84%, o equivalente a 5.043 municípios. Os conglomerados nacionais midiáticos atingem quase 100% do território brasileiro. No caso dos grupos de televisões regionais, a RBS atinge 99,7% dos domicílios com TV dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; as OJC, com a TV Anhanguera, atingem mais de 180 municípios goianos, ou seja, 73,17% do Estado de Goiás; a RART atua em cinco dos sete Estados da Região Norte, equivalendo a 120 municípios, ou seja, 71,86% do Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Acre; o Grupo Zahran está em quase todos os 200 municípios dos Estados Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, assim como os Grupos Verdes Mares, no Ceará e o Grupo Paraíba de Comunicação, na Paraíba, que cobrem praticamente todo o estado (FEITOSA, 2008)

Uma das peculiaridades das televisões regionais é que estão desvinculadas dos grandes centros. Sua abrangência e seu número de telespectadores são menores. E para atender as necessidades deste público, a televisão regional desenvolve no telejornalismo, notícias dotadas de conteúdos relativamente próximos a essas pessoas. As reportagens geralmente mostram a preocupação com o patrimônio linguístico, artístico e cultural da região onde está situada e mais as dificuldades enfrentadas pelo público-alvo (FEITOSA, 2008).

Se levarmos o conceito de “região” para a geografia não tradicional, ele terá uma definição de espaço socialmente ocupado. Espaço restrito conforme a realidade histórico-social, em que a demarcação decorre da relação dialética entre espaço e sociedade e não de fronteiras territoriais estanques. Como explica Sousa (2006), o termo “regional” tem perdido força explicativa, pois não pode ser pensado apenas pela dimensão espacial, mas

²Fade é um escurecimento (black) na tela, aparece geralmente quando não se coloca algo para ser exibido. No caso das afiliadas, elas recebem determinado tempo de fade da rede para exibir sua programação local.

por diversos fatores: políticos, econômicos, sociais, culturais. A regionalização deve ser compreendida tal qual a globalização, em seu processo de mudança, desta forma a televisão regional se constrói como experiência dos modelos totalizadores, das representações dominantes, com as quais negocia a sua identidade de forma contínua.

Desta forma, percebemos que as televisões caracterizadas como regionais criam as suas próprias “regiões”, não no sentido da linha imaginária que divide os espaços em um mapa, mas demarca uma fronteira mais sociológica, teórica e no caso desta pesquisa uma fronteira “midiática”. O regional do ponto de vista televisivo é delimitado por esse tipo de fronteira.

3.2 JORNALISMO PÚBLICO OU CÍVICO NO CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL

Foi mais ou menos na época em que as televisões brasileiras tentavam se regionalizar que surgia nos Estados Unidos o conceito de Jornalismo Público ou Cívico, por volta do início dos anos 1990. Era um movimento de questionamento dos principais valores do jornalismo informativo e a ideia era promover uma nova atitude de ligação com o público. O Jornalismo Público entendia e entende a mídia como haste principal na constituição de um novo espaço público, além de claro ter chegado para recuperar a credibilidade para com seus espectadores (COSTA, 2006).

Jornalistas e professores norte-americanos perceberam no fim da década de 1980 que a empatia do público com o jornalismo não estava mais tão ligada à forma tradicional de noticiar um fato. O padrão em se mostrar imparcial e isento tão admirado até o momento e que dava credibilidade, não chamava mais a atenção do público, então para eles, era necessário fazer um movimento de mudança. O jornalista precisava ser menos objetivo e mais próximo ao fato relatado, conseqüentemente mais próximo das pessoas que acompanhavam os noticiários (COSTA, 2006).

Um exemplo dessa mudança na época era o pequeno diário *The Wichita Eagle*, do Estado de Kansas. Seu então editor Davis Merritt precursor do termo *Civic Journalism* começou a mudar o curso da história da imprensa americana. Foi a maior revolução

jornalística em 30 anos, desde o começo dos anos 60 quando havia ocorrido a última grande revolução em termos de escrita, quando os literatos Norman Mailer, Truman Capote e Gay Talese trouxeram para as redações seu *New Journalism* (usava mais literatura na linguagem). Voltando ao *Civic Journalism*, Merritt acreditava que as coberturas políticas tinham que proporcionar uma discussão mais séria sobre os temas envolvendo a coletividade e que houvesse interesse dos leitores. E com o passar do tempo, jornais das regiões metropolitanas dos EUA começaram a se destacar nesse tipo de jornalismo (FERNANDES, 2008).

Outro exemplo americano citado por Dornelles (2008) é o Charlotte Observer, jornal da Carolina do Norte, que lançou um projeto de jornalismo cívico em uma cidade com altos índices de criminalidade. Em 1994, o jornal produziu uma série de reportagens sobre os bairros mais atingidos pelo problema, desta forma contratou profissionais para coordenarem as relações com as comunidades e organizou encontros com os moradores. A pressão “popular” pela mídia surtiu efeito através da queda significativa do número de crimes violentos.

Era o momento que a imprensa precisava para se desvencilhar da frustração do público com as coberturas jornalísticas superficiais, “baseadas na espetacularidade, na oportunidade de boas fotos, pela polêmica de questões secundárias, na dependência das fontes oficiais, no excesso de notícias policiais e na ausência de debates em torno de políticas públicas e de temas considerados vitais para os leitores” (DORNELLES, 2008, 123).

A necessidade de reanimar o debate público e melhorar o relacionamento com leitores, ouvintes e telespectadores propõe uma nova dinâmica da vida em sociedade. Aqui o cidadão tem que participar da notícia e cabe à imprensa entrar como espaço de mediação.

O movimento surge entre editores e professores como uma reação à perda de credibilidade dos *media*, às baixas tiragens de jornais e, principalmente, em contraponto às eleições americanas de 1988, nas quais os jornalistas se mostraram incapazes de perceber e reagir às operações políticas, além da baixa participação política dos cidadãos dos EUA (COSTA, 2006, 129).

As empresas de comunicação começaram a ouvir os cidadãos para identificar sua agenda e estabelecer essa nova forma de participação. Para isso várias fórmulas foram

testadas e cerca de duzentos projetos de Jornalismo Público procuraram renovar o jornalismo norte-americano (COSTA, 2006).

Para Fernandes (2008), exemplos incipientes de Jornalismo Público ou Cívico começaram a surgir no Brasil na primeira década do século XXI. Um exemplo é o jornal “O Povo” de Fortaleza no Ceará. A linha editorial do impresso buscou enfoques diferenciados, personagens incomuns e tentou estimular o envolvimento das comunidades regionais na questão. Fugiu do lugar-comum, aquele em que os agentes públicos são sempre “malditos”. O autor acredita que no país existem poucos exemplos desse tipo de jornalismo.

Enfim, no Brasil, a carência é acentuada, o que tende a indicar uma imprensa perniciosa o suficiente para ter baixa credibilidade. Ao longo dos últimos anos, ações como a instituição do ombudsman da Folha de São Paulo, mais a veiculação de programas televisivos tipo Globo Comunidade e campanhas como a Eu quero paz, do jornal Correio Braziliense, chegaram a receber a alcunha de cívicas, porém sem uma análise acadêmica que as pudesse referendar ou não como tais (FERNANDES, 2008, p. 636).

Costa (2006) também crê que no Brasil não houve adesão estrita ao gênero, mas também não houve rejeição. O Jornalismo Público brasileiro emergiu e emerge com características próprias, mais parecidas a um tipo de fenômeno que representa interesse a projetos de cunho social e para com organizações e pessoas que dedicam a vida a grandes causas ou campanhas.

Essa nova proposta de Jornalismo também é conhecida por diferentes nomes. Na análise de Dornelles (2008), este jornalismo, com marca participativa, também foi chamado de “jornalismo comunitário, jornalismo engajado, jornalismo popular”. Todos têm o interesse de centralizar os objetivos da prática da profissão no estímulo e esforço da cidadania, melhorando o debate público, revendo a vida pública e contribuindo para o aperfeiçoamento da democracia. Costa (2006) também chama o Jornalismo Público ou Cívico de “jornalismo comunitário” e/ou “jornalismo de serviço”. Vamos nos ater daqui em diante aos esclarecimentos das diferenças entre o comunitário e o de serviço, visto que o primeiro termo é muito utilizado pelas TV’s brasileiras quando se mostram preocupadas com as comunidades envolvidas, só que na verdade suas características nos levam a classificar pelo segundo. As explicações desses termos nós mostramos a seguir.

3.3 JORNALISMO COMUNITÁRIO OU JORNALISMO DE SERVIÇO?

Buracos na rua, inexistência de saneamento básico, falta de água, de energia, demora na reforma de uma escola, entre outros do tipo, passaram a ser pauta quase que diárias das grades de televisão regional que por diversas razões editoriais e mercadológicas, querem mostrar seus telespectadores mais próximos da telinha. E nessa contemporaneidade, tem surgido uma infinidade de conceitos teóricos para definir esse tipo de jornalismo. Esse fazer jornalístico seria comunitário ou de serviço?

Nesta pesquisa vamos classificar o quadro “Calendário JPB”, objeto de estudo, como “jornalismo de serviço” seguindo as discussões de Sobrinho (2014). Para o autor, por mais que a grande mídia tenha nomeado esses tipos de reportagem como jornalismo comunitário, na verdade se configura como de serviço. Essa nomeação não passa de uma legitimação de uso do termo por projetos hegemônicos, pois por mais que estejam voltadas para os problemas da localidade, não pode receber o nome de “comunitário”. Para isso era necessário que o processo de produção da notícia envolvesse a participação popular autônoma em todas as etapas, desde a ideia da pauta, a execução e edição do material. Entende-se que esse tipo de jornalismo se desenvolve em torno de problemas pontuais, “não permitindo uma tomada de consciência em direção à universalização de direitos”.

Sobrinho (2014) ao estudar as localidades pernambucanas participantes do “Calendário” do NETV – 1ª edição, em Recife, observou que os moradores mais engajados tanto usavam o termo comunidade em sua fala como um coletivo que precisava de intervenções governamentais, como também como algo que se não estava unido precisava agir como tal, em prol do bem comum. Já a comunidade, na visão dos telejornais, é como um bloco homogêneo, que recebe a intervenção dos jornalistas que cobra por melhor qualidade de vida dos moradores daquela localidade. “De forma alguma, os moradores dessas localidades se portam apenas como vítimas, muito pelo contrário. Os mais engajados se veem como alguém que está na luta, e o auxílio do telejornal como um recurso para potencializar suas demandas”. Entretanto, o uso do termo comunidade acaba por retirar o protagonismo desses cidadãos, a partir do momento

em que a TV mostra algumas demandas sociais e faz o papel de mediadora com as autoridades Arcoverde (2011 apud SOBRINHO, 2014).

A localidade que recebe a cobertura de uma Comunicação comunitária deve ser responsável também pela gerência, programação e marcação das pautas, apuração e produção do material. Nunca uma grande emissora poderá fazer jornalismo comunitário, visto que em hipótese alguma daria o poder de decisão editorial a algum representante da comunidade. Dornelles (2012) apresenta uma comunicação participativa como a que os cidadãos exercem livremente o direito à livre expressão e que após a organização social, a comunidade adquire poder coletivo. A transformação social pela cooperação entre os cidadãos:

Nesse complexo cenário, os indivíduos juntos e com representação formal tem mais força para cobrar a ausência de infra-estrutura dos órgãos responsáveis, forçando, assim, melhorias públicas para o bairro. O Jornalismo Comunitário surge, assim, como instrumento de representação social, um espaço que discute valores e a identidade de um determinado grupo, ocupando uma lacuna deixada pela imprensa de grande porte (DORNELLES, 2012, p. 245).

Para Teixeira (2012), esse modo de fazer jornalístico também pode ser chamado de “Jornalismo Cidadão”, livre das amarras da grande mídia e sem lucratividade, a produção das notícias parte do indivíduo que mora na localidade, e a sua fonte é aberta, ou seja, qualquer um pode opinar e participar. A autora explica que a prática é mais comum na internet por causa da facilidade do acesso e dos baixos custos para as publicações. O cidadão pode colocar em voga a sua voz e propor uma forma diferenciada de enxergar as situações. “Assim, o jornalismo cidadão favorece ao exercício da cidadania porque reitera as lutas pelos direitos civis e políticos e também porque reivindica o cumprimento de deveres”.

É como a ideia de pauta cidadã de Sousa (2006) que estudou a experiência da TV Setorial no interior de São Paulo entre outubro de 2001 e novembro de 2002. Nesse período foram feitas 54 reuniões na emissora com representantes da comunidade, funcionários e direção da empresa. A proposta era reorientar a prática jornalística para o interesse público, uma nova postura para incluir aquele que vivia fora dos processos de construção da notícia, o telespectador. As reuniões na TV duravam em torno de 50 minutos e todos tinham tempo de se apresentar e sugerir uma pauta, ficavam à vontade

como descreve o autor, e depois a equipe de jornalistas e estagiários saía em busca de mais informações dos temas e execução das reportagens. “As sugestões eram, agora, recolocadas com as agregações feitas nos contatos individualizados e submetidas a um novo processo de avaliação”. No início do projeto todas as sugestões se transformavam em notícias, mas por causa da estrutura enxuta da emissora começaram a haver barreiras para a execução da reportagem. Ainda assim, a pauta inclusiva se expressa como uma nova dimensão de participação política, a cidadã.

Se é consenso que o discurso jornalístico difunde, não apenas os discursos alheios, mas constrói, também, um discurso próprio sobre os diferentes temas que agenda de forma arbitrária, é urgente que se busque, também, consensos sobre a necessidade de reavaliação dos processos de construção desse discurso (SOUSA, 2006, p. 124).

Sobre os frutos da pauta cidadã, ficou claro que a comunidade estava interessada em novas experiências, como pautas que envolvem, dá espaço para participação e assume um lugar de troca de saberes. Para os moradores, ela era um lugar não só de discussão, mas de ação.

Bem diferente da grande mídia. A percepção de Alexandre e Fernandes (2006) é de que a imprensa tomou para si a responsabilidade de cobrar, fiscalizar, monitorar e manter as condições de existência da democracia, um papel que traz liberdade e ao mesmo tempo possibilidades que fazem a imprensa um império hegemônico.

O poder de cobrança do quadro Calendário JPB não promove a cidadania, mas estimula, na medida em que mostra aos cidadãos que elas têm direitos desde que isso não fique só no ambiente midiático. Uma TV Regional pode estimular o debate sobre temas que afetam a vida e a cultura local, no entanto só estarão exercendo a cidadania se a divulgação permitir uma mobilização frente aos governantes. Havendo assim uma transferência de responsabilidade para “a televisão se deixar de se organizar no bairro ou em qualquer outro segmento do qual faz parte e ficar parado esperando a solução” (PERUZZO, 2007).

Num estudo sobre o quadro “Calendário” da Rede Clube de Teresina, Caland (2014) percebeu que o termo “comunidade”, adotado pela Rede Globo de Televisão, conseqüentemente pela emissora do Piauí, tem sua significação apenas como bairro, vila ou favela, desvincilhando-se de outros elementos levados em consideração na pesquisa

como “valores comuns, representatividade, cooperação e participação”. Uma lógica que segue o setor privado, cheia de interesses mercadológicos, e baseada muitas vezes em decisões pessoais:

Na sua proposta de jornalismo comunitário, o quadro Calendário mantém uma relação de proximidade com os telespectadores, sem, contudo, haver um comprometimento de promoção da cidadania, como propõe o jornalismo genuinamente comunitário (CALAND, 2014, p. 94).

Por isso se caracteriza como “jornalismo de serviço”, pois quanto ao poder simbólico permite ao telejornalismo da Rede Globo colocar-se ao lado de demandas sociais e estar mais perto de quem sugere as das matérias de saneamento, educação, transporte público, asfaltamento entre outros temas. O que se observa é que para localidades “economicamente e socialmente fragilizadas” é muito importante, visto que o poder público se mostra negligente em alguns momentos.

A TV Globo ocupa esse vácuo institucional ao permitir uma visibilidade nunca antes sonhada para seus problemas, colocando representantes dessas parcelas da população frente a frente com as autoridades (SOBRINHO, 2014, p. 88).

O “jornalismo de serviço” se torna uma resposta a um novo contexto no país, um produto que tenta responder duas pressões sofridas pela Globo nesse período de redemocratização: sua atuação política na defesa do atual modelo de desenvolvimento e sua monopolização em relação ao audiência. Esse tipo de jornalismo preenche as necessidades políticas e econômicas da emissora, tentando limpar a sua imagem.

O conceito de jornalismo comunitário auto referenciado pela referida emissora, está na verdade associado à ideia de bairro quando expressa a representatividade dos moradores, agindo como mediador entre eles e a sociedade, as autoridades, enfim. Um jornal que tenha o papel de informar e denunciar o que acontece em volta, fazendo a construção de uma tomada de consciência para a melhoria de vida dos envolvidos. Para resumir a diferença entre o Jornalismo de Serviço e o Comunitário é bem simples, o primeiro visa lucro e o segundo não (DORNELLES, 2012).

3.4 AS INICIATIVAS NA TV BRASILEIRA

Como foi discutido antes no tópico “Televisão Regional”, desde a chegada da TV ao Brasil, em 18 de setembro de 1950, até o fim dos anos 80, os acontecimentos divulgados pelas emissoras eram distantes da realidade da maioria dos brasileiros, pois estavam mais relacionados ao Eixo Rio- São Paulo. Percebendo essa necessidade de aproximação com o público, a mídia televisiva brasileira começou a se regionalizar, a expandir suas afiliadas para os interiores dos Estados. Estas por sua vez incluíram na programação conteúdos mais próximos dos telespectadores, que de fato interferisse na vida deles.

A Rede Globo de Televisão foi o primeiro canal de TV no país a adotar esse tipo de programação que resultou no que a emissora denomina de jornalismo comunitário, e que nós denominamos de jornalismo de serviço. A divisão entre o jornalismo mais próximo dos telespectadores e o de rede “era uma tendência natural de organização do jornalismo, pois a cobertura local tem pouco a ver com a cobertura nacional” (MEMÓRIA GLOBO, 2015).

Para doutrinar suas emissoras na prática da regionalização, em 1982 a Globo deu início ao projeto “Globo Cidade”, era um boletim jornalístico local, com curta duração (questão de minutos no ar) que trazia informações das mais variadas (demandas sociais, saúde, educação, emprego, etc.) sobre a região a qual a TV estava vinculada. As emissoras ligadas diretamente à família Marinho foram as primeiras a adotar a ideia: São Paulo (SP Cidade), Rio de Janeiro (RJ Cidade), Brasília (DF Cidade), Minas Gerais (MG Cidade) e Recife (NE Cidade). Anos depois as outras 123 emissoras também seguiram os mesmos passos. O “Globo Cidade” foi substituído por outros tipos de boletim, a exemplo do “Radar”, que não tem tanto a intenção de trazer notícias ligadas ao jornalismo de serviço (MEMÓRIA GLOBO, 2015).

O interesse era uma mudança geral no telejornalismo da emissora, era preciso mudar toda a programação, em especial os principais informativos locais. Então o primeiro telejornal local a implantar esse modelo de fazer jornalístico, o Jornalismo de Serviço, foi o SPTV, da capital do Estado de São Paulo. O telejornal teve dois períodos: foi exibido pela primeira vez em três de janeiro de 1983 até 1990, e depois retorna em

1996 com o projeto de jornalismo de serviço “São Paulo Já”. O projeto era um ensaio do novo padrão de jornalismo pretendido pela Globo para suas emissoras com a intenção de fortalecer o noticiário local.

Essa mudança de postura em algumas afiliadas da Rede Globo veio com uma série de ajustes: novos cenários, novos quadros, mais debates e participação popular que pode estar relacionada com a influência de telejornais da mesma época de outras emissoras. Como o “Aqui e Agora”, do Sistema Brasileiro de Televisão, o SBT, exibido na década de 1990, com forte identificação com o público e que quebrou paradigmas usados antes no telejornalismo brasileiro, um jeito de fazer menos “engessado”. Santos (2006), afirma que o Aqui e Agora trouxe várias inovações para os telejornais da época e que foram copiadas, à exemplo da câmera aberta, sequenciada, sem cortes, e com o repórter falando sem textos decorados e na exploração do “fala povo” em suas matérias, ou seja, reportagens que investiam em entrevistas com pessoas comuns da comunidade. Um estilo baseado no telejornal *Nuevodiario* do canal 9 de Buenos Aires, na Argentina, que nem tinha ilha de edição, tudo que era gravado na rua, seria exibido na íntegra depois.

Nas reportagens do Aqui e Agora, tudo era gravado na íntegra e sem cortes com cinegrafista e repórter que andavam lado a lado, unidos pelo fio do microfone. A câmera registrava tudo o que pegava, mesmo imagens fora de foco, e o repórter não parava de falar e descrever o que via para dar a impressão ao telespectador que o fato estava acontecendo naquele momento e a poucos metros de distancia (SANTOS, 2006, p. 23).

Essa tendência perdura até hoje e é identificada nos telejornais da Rede Globo. Em 14 de fevereiro de 2005, o SPTV 1ª edição cria o quadro “SPTV Comunidade”, e a frente das reportagens o Márcio Canuto, chamado pela equipe de jornalistas e apresentador de “fiscal do povo”. Um repórter com linguagem mais informal e que trata os problemas nos bairros de forma bem-humorada e ao mesmo tempo incisiva. A primeira reportagem do “SPTV Comunidade” foi sobre uma cratera com lixo acumulado na Vila Carreão, comunidade da capital paulista. Um detalhe desse quadro parecido com o Calendário JPB, é que de uns anos pra cá Canuto usa uma agenda para marcar as datas que as autoridades afirmam que vão resolver os problemas (MEMÓRIA GLOBO, 2015).

O SPTV - 1ª Edição se transformou numa espécie de laboratório para inovações da empresa, com tentativas de aproximação com o público. Como pesquisou Flausino (2002), nesse telejornal as autoridades falam, mas estão sujeitas as pressões, quando não são acuadas; os temas parecem atingir mais de perto os problemas da dona de casa ou de um trabalhador comum e os apresentadores parecem ser mais informais (MEMÓRIA GLOBO, 2015).

Outro exemplo de iniciativas de jornalismo de serviço na Globo foi o RJTV - 1ª Edição no Rio de Janeiro que está no ar desde 1983 sempre com uma linguagem informal, tem como principal marca a prestação de serviços e a proximidade com as comunidades cariocas, cobrando das autoridades soluções para os problemas sociais. Em 24 de março de 2011, procurando aumentar essa participação dos telespectadores, o telejornal dá início ao quadro “Parceiros do RJ”. Foram selecionados 16 jovens de oito regiões do Rio de Janeiro escolhidos pela produção do jornal, para que depois de passarem por aulas rápidas de português e comunicação, iriam ajudar na produção de reportagens em suas comunidades e aparecer na TV com esse conteúdo. Cada grupo fica durante um ano e meio a frente do quadro.

A Central Globo de Jornalismo (CGJ) se reorganizou e fortaleceu o jornalismo local/regional por volta dos anos 1990, mas foi nesta década que esse formato de jornalismo de prestação de serviços, mais incisivo nas cobranças às autoridades, abrindo espaço para que o telespectador fale diretamente com o agente público, como o do quadro Calendário, começou a ser explorado (CALAND, 2014).

O precursor desse quadro na Rede Globo foi a Rede Globo Nordeste, em Recife-PE. Incomodada com os baixos índices de audiência e perdendo espaço frente ao concorrente programa popularesco apresentado por Josley Cardinot, o extinto “Bronca Pesada”, transmitido pela Rede Jornal do SBT, a direção de jornalismo implantou em 2009, o quadro “Calendário”. Essa criação vem de outras experiências da mesma emissora que em 2001 tinha criado o quadro “O Bairro que eu Quero”, em que moradores sugeriam na TV melhorias para sua região por meio de uma urna eletrônica instalada no local. Depois em 2007, a equipe pernambucana inicia o “Vida Real” com reportagens que mostravam problemas e histórias de superação da comunidade. Foi então que em 2009, o “Vida Real” ganhou o “Calendário NETV” que no primeiro ano visitou todos os

municípios da região metropolitana do Recife, ouvindo cerca de mil moradores e mais de cinquenta representantes do poder público. Em 2010, o Calendário se tornou um quadro próprio incorporando os princípios do “jornalismo de serviço”. A estratégia de reconquistar a audiência deu certo, como mostra Sobrinho (2014),

Em agosto de 2010 quando o NETV 1ª edição atinge a liderança no horário, segundo informações que presta ao mercado publicitário e no primeiro semestre de 2011 quando a lista dos 40 programas de maior audiência até o mês de maio é ocupada apenas por programas da Globo Nordeste com o NETV 1ª Edição ocupando a 33ª posição com índice de audiência de 14,90 pontos, ou seja, entre 14,9% de todos os televisores, ligados ou desligados, estavam sintonizados na Globo no momento em que o telejornal era transmitido, e participação (share) de 39,34% dos televisores ligados, o que significa dizer que entre os televisores ligados 39,34% estavam naquele momento sintonizados na Rede Globo Nordeste (SOBRINHO, 2014, p. 53)

Depois o modelo do “Calendário” passa a ser copiado por outras praças no Nordeste. Seguindo orientações da rede, assim como as demais afiliadas, a TV Paraíba direcionou também sua programação jornalística, dando ênfase ao jornalismo de serviço. Em 5 de setembro de 2011, a TV de Campina Grande exibiu a primeira reportagem sobre um esgoto entupido no bairro Novo Horizonte, os moradores reclamaram e o secretário de obras da época prometeu consertar. A capital paraibana João Pessoa também produz o “Calendário” pela TV Cabo Branco. Outros exemplos são em Caruaru-PE (TV Asa Branca), no Rio Grande do Norte (Inter TV Cabugi), no Ceará (TV Verdes Mares) e no Piauí (TV Clube).

Um incentivo à participação do telespectador que vem sendo sustentando dentro de um meio massivo como a Globo, quer que as mudanças sejam resultados da pressão pela audiência, dos números do IBOPE, ou de qualquer outro fenômeno, esses quadros criados dentro dos telejornais locais tem se revelado um meio que procura dar voz às grandes comunidades que vivem nas cidades brasileiras (FLAUSINO, 2002). Segundo Guareschi (2007), os cidadãos buscam a TV porque sabem que algum fato nos dias de hoje só existe se for veiculado pelos meios de comunicação, a mídia institui o que é real do que não é, dá conotação valorativa à realidade existente. “As pessoas que aparecem na mídia são as que existem e são importantes, dignas de respeito”.

Na afirmação de Schramm (1970, p. 185), “o ato da discussão é importante, mas o componente principal é a participação na tomada de decisão”, ou seja, as pessoas têm muito a realizar e decidir o que querem modificar na sua sociedade, isso se o fluxo de comunicação permitir. “Nenhum dos veículos pode substituir a tarefa do grupo comunitário que toma as decisões, mas eles podem alimentar a discussão” (SCHRAMM 1970, p. 192).

4 CONHECENDO A EXPERIÊNCIA DO “CALENDÁRIO JPB” DA TV PARAÍBA

Até agora nós mostramos de que maneira a mídia tem encontrado formas de dominação sutis para enquadrar as ações governamentais e que isso parece acontecer por brechas deixadas pelo Estado por vezes considerado “Herdado”. Apontamos os modelos de jornalismo que mais se aproximam desse tipo de linha editorial, em especial, na Rede Globo de Televisão. Explicitamos como o projeto “Calendário” acabou se inserindo nas afiliadas da referida rede, particularmente no Nordeste, e como as televisões regionais se utilizam do discurso de “comunitárias” para se aproximarem mais dos telespectadores e reafirmarem seu processo de regionalização.

Neste terceiro e último capítulo apresentamos como funciona a rotina de produção do quadro “Calendário” na redação da TV Paraíba, em Campina Grande, por meio da aproximação da pesquisadora com o objeto de estudo. Em seguida, fazemos as análises das 37 reportagens do quadro, avaliadas por 4 anos desde que o projeto começou a ser desenvolvido pela emissora. Na descrição das reportagens, observamos data, bairro, demanda social, tipologia e autoridade pública procurada. Em seguida, mostramos a avaliação sobre as ações exibidas nas reportagens se são obras estruturantes ou se apenas visam resultados rápidos, de imediatismo. Percebemos se os casos abordados refletiram ou não sobre impactos futuros, se foram mencionadas variáveis inerentes ao desenvolvimento.

Iniciamos descrevendo que metodologia foi utilizada nesta pesquisa.

4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Quanto à caracterização do estudo, ele é uma pesquisa descritiva-analítica, já que para a análise dos dados se utiliza ao mesmo tempo de técnicas descritivas e analíticas. A pesquisa descritiva é aquela que visa apenas a observar, registrar e descrever as características de um determinado fenômeno ocorrido em uma amostra ou população, sem, no entanto, analisar o mérito de seu conteúdo. Enquanto a pesquisa analítica envolve uma avaliação mais aprofundada das informações coletadas em um determinado estudo,

observacional ou experimental, na tentativa de explicar o contexto de um fenômeno no âmbito de um grupo, grupos ou população. “É mais complexa do que a pesquisa descritiva, uma vez que procura explicar a relação entre a causa e o efeito” (FONTELLES et al, 2009).

Essa pesquisa é dividida em cinco fases. Primeiro, nós utilizamos as técnicas descritivas para observar uma reportagem por mês desde que o “Calendário JPB” foi lançado na TV Paraíba, isso em 2011. Escolhemos uma por mês para dar maior visibilidade à pesquisa, selecionando de preferência matérias gravadas em Campina Grande-PB. Foram analisadas 37 reportagens de setembro de 2011 a junho de 2015. No período de julho a dezembro de 2012 e de julho a novembro de 2014, o quadro não foi ao ar, pois segundo a emissora, era período eleitoral e reportagens incisivas de embate aos governos iam contra as determinações da Justiça Eleitoral, então sempre que se está em período de eleições, o quadro dá uma pausa. Em março de 2013 também não foi registrada nenhuma reportagem do quadro e a justificativa foi que a repórter responsável pelo quadro estava de férias. Assistimos ao material gravado no Centro de Documentação (CEDOC) da TV e também o disponibilizado na página da emissora na internet (g1.com.br/pb). Também tivemos acesso ao sistema que arquiva as edições do telejornal chamado *Easynews*. Nele consta a data de exibição e o tempo dado a cada reportagem.

Em um segundo momento, observamos a data da reportagem, a reivindicação ou problema, qual o bairro de Campina Grande envolvido, qual autoridade responde e qual foi o resultado na reportagem, se foi resolvido ou não resolvido.

Com base na descrição das demandas sociais encontradas, a terceira fase da pesquisa foi estabelecer as tipologias, se as reportagens estavam ligadas aos seguintes temas: saneamento básico, infraestrutura, educação, saúde, mobilidade urbana, serviços urbanos ou abastecimento de água.

Na quarta fase da pesquisa, utilizamos as técnicas analíticas para compreender se os casos exibidos nas reportagens do quadro “Calendário” são do tipo: estruturantes ou imediatistas. Estruturantes quando contribuem para o planejamento regional de forma a impactar no futuro da comunidade mostrada e imediatista quando apenas visam resultados rápidos e de pouca ou quase nenhuma contribuição para desenvolvimento regional.

Fazemos uma compreensão das análises encontradas no quinto e último momento da pesquisa. Sobre o tipo de legado que o “Calendário JPB” tem deixado para as localidades envolvidas. Se de fato o jornalismo tido como “comunitário” e aqui chamado “de serviço” atingiu os cidadãos de forma positiva. Para tal, recorreu-se as seguintes perguntas: Que tipo de apropriação desta mudança no ambiente tiveram os cidadãos envolvidos? As ações (que em sua maioria são do tipo imediatistas) influenciam no desenvolvimento da comunidade ou fazem parte apenas de um espetáculo? E o jornalismo de serviço por meio do “Calendário JPB” promove a cidadania ou encobre a realidade e atrai ainda mais prestígio para si?

4.2 IMPLANTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA PRODUÇÃO DO QUADRO “CALENDÁRIO JPB”

No capítulo anterior, apresentamos um histórico do Jornalismo de Serviço no Brasil, sua presença nas televisões regionais e de que forma o quadro “Calendário JPB” chegou às diversas afiliadas Rede Globo no Brasil, em especial, no Nordeste.

Na Paraíba, a TV Paraíba é uma das duas afiliadas da Globo no Estado e tem 28 de anos de fundação, com sede em Campina Grande – PB. O sinal da emissora chega a 91 municípios paraibanos e ela possui hoje uma grade de programação com quatro telejornais locais: Bom Dia Paraíba (com participação de apresentador em janela), o JPB Primeira Edição, Globo Esporte e JPB Segunda Edição. A rede disponibiliza quase três horas por dia de conteúdo regional, isso para os turnos manhã, tarde e noite.

O JPB Primeira Edição vai ao ar de segunda-feira a sábado, sempre ao meio-dia, e tem cerca de 40 minutos de duração. Um telejornal que trata dos mais variados assuntos como saúde, educação, trânsito, política, economia, mas se dedica a característica de prestador de serviço, identidade que ficou mais evidente nos últimos quatro anos quando foi dado início um projeto que acompanharia a partir de setembro de 2011, mais de perto as reportagens sobre problemas de infraestrutura nas comunidades, o “Calendário JPB”.

O quadro tem vinheta própria (**Figura 1**) e vai ao ar de duas a três vezes na semana, esporadicamente.

Figura 1 - Vinheta do Quadro Calendário



Fonte: Portal G1/Paraíba.

Desde o início a produção desse quadro acontece da seguinte forma: todos os dias moradores ligam para a TV para reclamar de problemas no bairro onde moram, as reclamações são das mais variadas sobre falta de saneamento básico, calçamento, demora no término de alguma obra, entre outras. Esses desabafos são ouvidos pelos jornalistas que trabalham na redação, em especial aqueles que fazem a função de produtores, e em seguida os pedidos de reportagem entram numa lista organizada pelos jornalistas (na lista constam nome, telefone e o problema a ser atendido). As sugestões também chegam por redes sociais e pelo e-mail: calendário@paraiba.tv.br. Depois os produtores e a repórter do quadro avaliam conforme suas percepções os pedidos mais urgentes. Eles fazem uma espécie de triagem, uma seleção dos casos segundo seus pontos de vista.

A equipe de TV sai entre duas e três vezes por semana para gravar as reportagens selecionadas na rua. Antes de ir ao local ou até mesmo no momento em que a repórter está na gravação, da redação os produtores procuram saber quem do governo (municipal, estadual ou federal – depende do tipo de caso) vai responder a solicitação dos moradores. Algumas vezes a autoridade vai até o local da gravação que é o mesmo local do problema e responde para os moradores e para a equipe da TV uma data para a conclusão da obra, conserto ou solução do problema. Essa entrevista acontece de forma gravada, para ser

exibida depois. Há casos em que o problema é mostrado numa reportagem gravada, e a autoridade é levada depois na hora do telejornal e responde ao vivo. Essa resposta é vista de forma simbólica também na marcação do Calendário. A autoridade, a repórter ou algum morador marca com uma caneta a data em que o órgão público deverá solucionar a demanda (**Figura 2**). Já quando a autoridade não pode ir até o local da demanda, a equipe de TV pode escutá-la onde estiver ou a apresentadora no estúdio dá em forma de nota³ o que o órgão público tem a dizer, a data é marcada no estúdio também em um Calendário de acordo com o que foi dito por telefone.

Figura 2 - Marcação de data pela repórter



Fonte: Portal G1/Paraíba.

Na data marcada a repórter volta para saber se a promessa foi cumprida, se não, os editores colocam na reportagem uma figura chamada de “carimbo de não resolvido” (**Figura 3**), se o problema foi solucionado, é colocado “carimbo de resolvido” (**Figura 4**).

³ Nota - é um termo do telejornalismo, são informações dadas pelo apresentador sem necessidade de imagens.

Quando as expectativas não são atendidas, a mesma autoridade é chamada mais uma vez para marcar uma nova data de término daquela situação, e de novo a edição do programa avalia se coloca “resolvido” ou “não resolvido”. A equipe de TV volta quantas vezes forem necessárias até o “fim” daquela demanda.

Figura 3 - Carimbo de Não Resolvido



Fonte: Portal G1/Paraíba.

Figura 4 - Carimbo de Resolvido



Fonte: Portal G1/Paraíba.

4.3 DESCRIÇÃO E TIPOLOGIA DAS REPORTAGENS DE 2011 A 2015

Durante os quatro anos analisados, estabelecemos a observação de uma reportagem por mês e somente aquelas com gravação no município de Campina Grande-PB, o que totalizaram 37 reportagens. Preparamos as observações ano por ano para melhor compreensão.

O ano de 2011 foi de implantação do quadro da TV Paraíba, já que ele começou na emissora em setembro do referido ano, analisamos apenas quatro meses, uma reportagem por mês, como aparece a seguir (**Quadro 1**).

Quadro 1 - Descrição das reportagens analisadas em 2011

Data de exibição	Reivindicação ou problema	Bairro	Autoridades	Resultado	Tipologia
06/12/2011	Limpeza de canal	Araxá	Secretaria Municipal de serviços Urbanos	Resolvido	Serviços Urbanos
21/11/2011	Posto de saúde fechado	Ressureição	Secretaria Municipal de Saúde	Resolvido	Saúde
24/10/2011	Abastecimento de água	São José da Mata	Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba – CAGEPA	Não resolvido	Abastecimento de água
05/09/2011	Obra de esgotamento sanitário	Novo Horizonte	Secretaria Municipal de Obras	Não resolvido	Saneamento básico

Fonte: Elaborado pela Autora, 2016.

As pautas estiveram voltadas para as áreas de saneamento básico, serviços urbanos, saúde e abastecimento de água. Elas falaram sobre a limpeza de um canal, a reabertura de um posto de saúde fechado, uma comunidade sem abastecimento de água e a falta de rede de esgoto em um bairro. Araxá, Ressureição e Novo Horizonte foram os bairros visitados, além do distrito de São José da Mata. Os jornalistas consideraram “resolvidos” dois casos e outros dois foram avaliados como “não resolvidos”.

Em 2012 apenas sete reportagens foram assistidas e descritas, era ano eleitoral e, segundo a emissora, durante esse período a Justiça não permitiu reportagens de tal natureza. Seguem as análises de janeiro a julho do referido ano (**Quadro 2**).

Quadro 2 - Descrição das reportagens analisadas em 2012

Data de exibição	Reivindicação ou problema	Bairro	Autoridades	Resultado	Tipologia
06/07/2012	Obra de drenagem de águas pluviais	Liberdade	Secretaria Municipal de Obras	Não Resolvido	Infraestrutura
19/06/2012	Iluminação do trecho da Avenida	Malvinas – Avenida Floriano Peixoto	Secretaria Municipal de Obras	Resolvido	Infraestrutura
25/05/2012	Reestruturação da rede elétrica	Catolé	Companhia de Energia Elétrica – Energisa	Resolvido	Infraestrutura
13/04/2012	Posto de saúde fechado	Sítio Gaspar	Secretaria Municipal de Saúde	Resolvido	Saúde
19/03/2012	Redutor de velocidade e faixa de pedestre	Bela Vista	Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos – STTP	Resolvido	Mobilidade Urbana
02/02/2012	Fechamento de cratera e reconstrução de parte da BR que desabou	São Januário	Secretaria Municipal de Obras	Resolvido	Infraestrutura
10/01/2012	Obra de esgotamento sanitário	Catolé de Zé Ferreira	CAGEPA e Secretaria Municipal de Obras	Não resolvido	Saneamento básico

Fonte: Elaborado pela Autora, 2016.

As reportagens de 2012 trataram da necessidade de uma obra de drenagem das águas pluviais numa rua, a falta de iluminação em um trecho da maior avenida da cidade, a reestruturação da rede elétrica de um bairro que causava constantes quedas de energia,

um posto de saúde fechado na zona rural, a inexistência de faixa de pedestre e redutor de velocidade numa rua de trânsito intenso, o perigo de uma cratera aberta pela chuva numa estrada e a falta de esgotamento sanitário em todo um distrito. Os bairros que receberam a equipe de TV neste ano foram: Liberdade, Malvinas, Catolé, sítio Gaspar, Bela Vista, São Januário e Catolé de Zé Ferreira. Em apenas um dos casos o Governo do Estado foi procurado através da CAGEPA, a prefeitura foram cinco vezes por meio das secretarias de Obras, Saúde e STTP e uma empresa privada responsável pela distribuição de energia elétrica na Paraíba também foi procurada, a Energisa. Quanto à resolução das reportagens a equipe considerou “resolvido” cinco casos e dois “não resolvidos”.

As tipologias estabelecidas aqui foram: infraestrutura, saúde, mobilidade urbana e saneamento básico.

Em 2013, analisamos uma reportagem por mês durante onze meses do ano. No mês de março, não houve exibição do quadro e de acordo com a emissora foi porque a repórter que ancorava o projeto estava de férias. Todas as observadas estão descritas a seguir (**Quadro 3**).

Quadro 3 - Descrição das reportagens analisadas em 2013

Data de exibição	Reivindicação ou problema	Bairro	Autoridades	Resultado	Tipologia
10/12/13	Obra parada de saneamento básico numa rua	Cruzeiro	Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba – CAGEPA	Não Resolvido	Saneamento básico
11/11/14	Campo de futebol da escola coberto por mato, alunos não podiam brincar.	Malvinas	Secretaria Municipal de Educação	Resolvido	Educação
01/10/13	Linha de ônibus 333 lotada para os estudantes que saem do centro para UEPB E UFCG.	Bodocongó	Superintendência de Trânsito e Transporte Público – STTP	Não resolvido	Mobilidade Urbana

24/09/13	Galeria de água da chuva que junta lixo e mato. Transborda para dentro das casas.	Monte Santo	Secretaria Municipal de Obras	Não resolvido	Saneamento Básico
07/08/13	Obras paradas de uma creche municipal	Bairro das Cidades	Secretaria Municipal de Educação	Resolvido	Educação
03/07/13	Falta faixa de pedestre na Avenida Floriano Peixoto, perto da Câmara Municipal.	Centro	Superintendência de Trânsito e Transporte Público – STTP	Não Resolvido	Mobilidade Urbana
27/06/13	Esgoto estourado sujando a rua	Velame	Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba – CAGEPA	Resolvido	Saneamento Básico
24/05/13	Faltam banheiros numa escola municipal	Liberdade	Secretaria Municipal de Educação	Não resolvido	Educação
24/04/13	Lixo acumulado num terreno baldio	Castelo Branco	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos	Não resolvido	Serviços Urbanos
03/13	Neste mês não foi registrada nenhuma reportagem do quadro				
07/02/13	Buraco na rua que impede a passagem do ônibus	São Januário	Secretaria Municipal de Obras	Resolvido	Mobilidade Urbana
17/01/13	Buracos no canal do bairro, perigo para caminhar e esconderijo de bandidos	Conjunto dos Professores	Secretaria Municipal de Obras	Resolvido	Infraestrutura

Fonte: Elaborado pela Autora, 2016.

As reivindicações de 2013 foram de uma obra parada de saneamento básico em uma rua, de melhorias para um espaço de atividade física para alunos de uma escola municipal, a superlotação de uma linha de ônibus que leva universitários, uma galeria de

água de chuva que vive entupida e quando chove as casas ficam alagadas, as obras paradas de uma creche, a falta de uma faixa de pedestre no centro da cidade, um esgoto estourado na rua, uma escola municipal sem banheiros, lixo acumulado num terreno baldio, um buraco no caminho do ônibus impedindo a passagem dele e vários buracos num canal feito para proteger o esgotamento sanitário. As gravações foram feitas nos bairros Cruzeiro, Malvinas, Bodocongó, Monte Santo, Bairro das Cidades, Centro, Velame, Liberdade, Castelo Branco, São Januário e Conjunto dos Professores. Dos onze casos assistidos pelo “Calendário JPB”, o Governo do Estado foi procurado duas vezes, representado pela Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba – CAGEPA, enquanto a prefeitura foi nove vezes, representada pelas secretarias de Educação, Obras e Serviços Urbanos, além da Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos – STTP. Conforme a equipe do quadro, cinco casos foram considerados “resolvidos” e seis “não resolvidos”.

Quanto às tipologias encontradas, identificamos: saneamento básico, educação, mobilidade urbana, serviços urbanos e infraestrutura.

Vamos agora ao ano de 2014. Neste ano foram analisadas 9 reportagens, como foi explicado anteriormente as três que faltam por mês para completar um ano, não foram feitas porque a justificativa da emissora é de que estava num período de eleições.

(Quadro 4)

Quadro 4 - Descrição das reportagens analisadas em 2014

Data de exibição	Reivindicação ou problema	Bairro	Autoridades	Resultado	Tipologia
22/12/14	Construção de Canal da Avenida Floriano Peixoto a Ponte do Cruzeiro	Malvinas	Secretaria Municipal de Obras	(Obra parada há 4 anos - Não resolvido)	Infraestrutura
27/11/14	Terraplanagem de estrada na zona rural	Sítio Cuités de Baixo	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos	(Não resolvido)	Infraestrutura
02/07/14	Falta de sinalização (faixa de pedestre e	Santo Antônio	Superintendência de Trânsito e Transporte	Resolvido	Mobilidade e Urbana

	quebra-molas) na rua de uma escola.		Público – STTP		
26/06/14	Falta de tampas nas galerias de água da chuva	Centenário	Secretaria Municipal de Obras	Resolvido	Saneamento básico
12/05/14	Buracos abertos em um canal	Jeremias	Secretaria Municipal de Obras	Resolvido	Infraestrutura
15/04/14	Falta sinalização (faixa de pedestre) na Avenida Floriano Peixoto	Malvinas	Superintendência de Trânsito e Transporte Público – STTP	Não Resolvido	Mobilidade e Urbana
28/03/14	Buracos no calçamento	Alto Branco	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos	Resolvido	Infraestrutura
14/02/14	Esgoto estourado que invade as casas	Vila Castelo Branco	Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba – CAGEPA	Não resolvido	Saneamento básico
23/01/14	Rua sem calçamento	Jardim Paulistano	Secretaria Municipal de Obras	Não resolvido	Infraestrutura

Fonte: Elaborado pela Autora, 2016.

No período analisado no ano de 2014, de janeiro a julho e de novembro a dezembro, as nove reportagens foram sobre o término da construção de um canal, a terraplanagem de uma estrada de terra na zona rural, a falta de uma faixa de pedestre e quebra-molas em frente a uma escola, falta de tampas em galerias de água da chuva, buracos abertos em um canal, pedido de faixa de pedestre numa avenida, buracos no calçamento de uma rua, esgoto entupido invadindo as casas e falta de calçamento em uma rua. Os casos foram gravados nos bairros: Malvinas (2 vezes em casos diferentes), sítio Cuités de Baixo, Santo Antônio, Centenário, Jeremias, Alto Branco, Vila Castelo Branco e Jardim Paulistano. A prefeitura foi procurada em oito das nove matérias, e em apenas uma o Governo do Estado se pronunciou para dar resposta aos casos, representado pela CAGEPA. Para a equipe de jornalistas 4 casos foram considerados “resolvidos” e cinco “não resolvidos”.

As tipologias em 2014 estavam em volta de infraestrutura, mobilidade urbana e saneamento básico.

No ano de 2015 (**Quadro 5**) foram analisadas 6 reportagens, de janeiro a junho.

Quadro 5 - Descrição das reportagens analisadas em 2015

Data de exibição	Reivindicação ou problema	Bairro	Autoridades	Resultado	Tipologia
24/06/15	Entupimento na rede de esgoto e calçamento de ruas	Novo Cruzeiro	Companhia de Habitação Popular da Paraíba	O esgoto foi desentupido, mas ainda faltam ruas para calçar. (Não resolvido)	Saneamento Básico e Infraestrutura
21/05/15	Ponto de ônibus mais próximo	Santa Cruz	Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos	(Não resolvido)	Mobilidade Urbana
13/04/15	Lixo acumulado em terreno baldio e esgoto entupido	Malvinas	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Companhia de Água e Esgotos da Paraíba	Resolvido	Serviços Urbanos e Saneamento Básico
19/03/15	Sem abastecimento de água	Conjunto Rural Alto Serrotão	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba	Não Resolvido	Abastecimento de água
24/02/15	Reforma na Escola de Audiocomunicação	Católé	Superintendência de Planejamento do Governo do Estado	Não Resolvido	Educação
13/01/15	Reforma da Escola Estadual Assis Chateaubriand	Santo Antônio	Superintendência de Planejamento do Governo do Estado	Não Resolvido	Educação

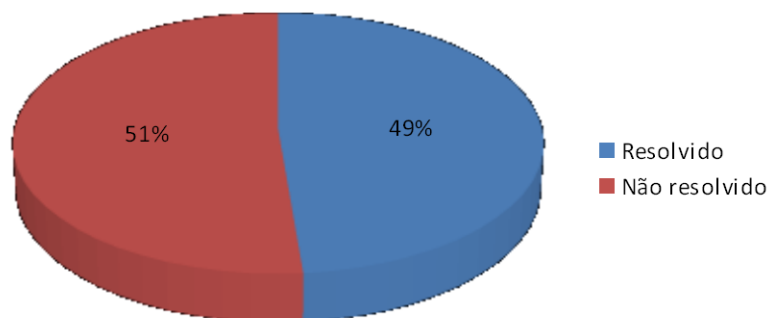
Fonte: Elaborado pela Autora, 2016.

Nesse período, as reivindicações foram sobre rede de esgoto entupida, falta de calçamento nas ruas, pedido de ponto de ônibus no bairro, lixo acumulado em terreno baldio, falta de fornecimento de água e reformas de escolas. As reportagens foram realizadas nos bairros: Novo Cruzeiro, Santa Cruz, Malvinas, Conjunto Alto Serrotão, Catolé e Santo Antônio. O Governo do Estado foi procurado para dar resposta aos problemas exibidos em 4 das 6 reportagens analisadas, ele se mostra representado pela Companhia de Habitação Popular da Paraíba (CEHAP), Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) e Superintendência de Planejamento do Estado (SUPLAN). Em outras duas reportagens a prefeitura de Campina Grande respondeu a demanda através da Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos (STTP) e Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Para a equipe de jornalismo em “consenso” com os moradores entrevistados, das seis reportagens, uma teve o problema parcialmente “resolvido” e outro “resolvido”, quatro casos estavam à espera de uma solução.

As tipologias dessas reportagens foram: saneamento básico, abastecimento de água, infraestrutura, educação e mobilidade urbana.

No final de cada reportagem a edição do programa trata em qualificar o caso como “resolvido” ou “não resolvido” como explicamos anteriormente. Resolvidos foram 18 casos (49%) e não resolvidos foram 19 (51%).

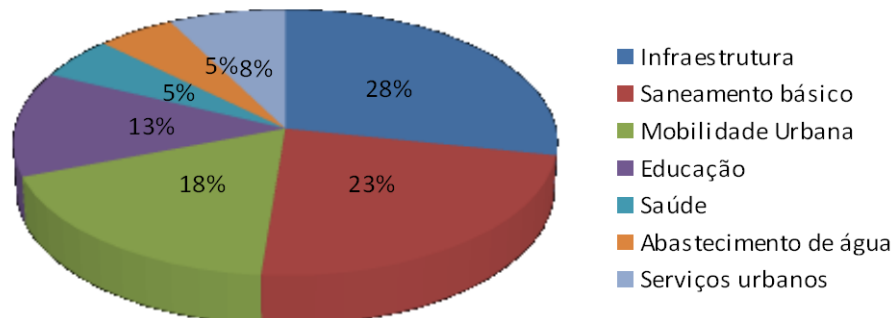
Gráfico 1 - Resultado das Obras Mostradas nas Reportagens de 2011 a 2015, pela Avaliação da Equipe de Jornalistas



Fonte: Elaboração própria a partir das análises das reportagens do “Calendário JPB”, 2016.

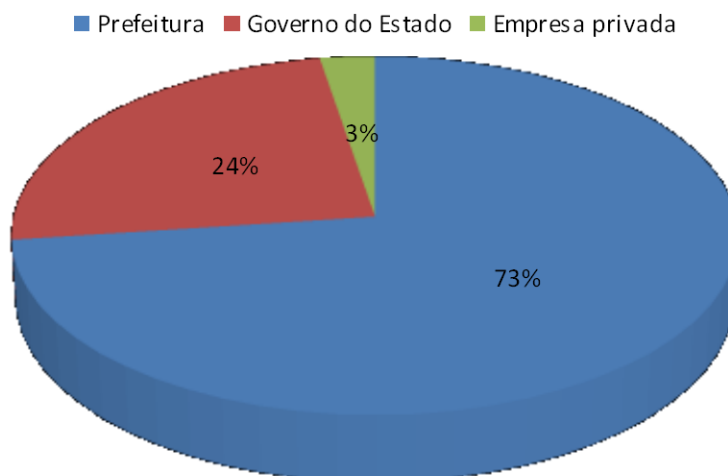
Ao relacionar as tipologias nos anos de 2011 a 2015 percebeu-se que a maioria é sobre infraestrutura. Das 37 reportagens analisadas até agora duas tiveram mais de uma tipologia. Se sobressaiu a de infraestrutura com 11 casos (28%), depois saneamento básico com 9 (23%), mobilidade urbana com 7 (18%), educação com 5 (13%), serviços urbanos com três (8%) e por fim saúde (5%) e abastecimento de água (5%), com dois casos cada.

Gráfico 2 - Tipologia das Reportagens de 2011 a 2015



Fonte: Elaboração própria a partir das análises das reportagens do “Calendário JPB”, 2016.

E como a demanda maior foi de infraestrutura é previsível que a maior parte das autoridades responsáveis estava ligada a Prefeitura de Campina Grande que foi procurada 27 vezes, por 9 vezes o Governo do Estado respondeu a equipe de reportagem e em um caso a autoridade procurada foi uma empresa privada responsável pela distribuição de energia na Paraíba, Energisa .

Gráfico 3 - Autoridades Procuradas Pelo Calendário JPB (de 2011 a 2015)

Fonte: Elaboração própria a partir das análises das reportagens do “Calendário JPB”, 2016.

4.4 ANÁLISES DAS OBRAS EXIBIDAS REPORTAGENS: DO IMEDIATO AO ESTRUTURANTE

Começamos este capítulo explicando que a equipe de jornalistas do “Calendário JPB” classificam as obras exibidas nas reportagens do quadro como “resolvidas” ou “não resolvidas”. À luz dos estudos de desenvolvimento e planejamento regional, estabelecemos outros dois tipos de classificação para a natureza das obras reivindicadas: estruturantes e imediatistas.

Consideramos “estruturantes”, as obras que de alguma forma deixam um legado para a comunidade envolvida, que de fato vem a dar estrutura aos cidadãos, produzem transformação no espaço e, teoricamente, são para melhorar a vidas das pessoas em determinados aspectos: mobilidade urbana, saúde, saneamento etc. A obra estruturante tem caráter coletivo e universal, pois não beneficia uma só pessoa ou um grupo pequeno, mas toda a comunidade. É resultado de planejamento e está quase sempre vinculada a uma política pública. A partir daí a demanda social mostrada e agora atendida, caminha com mais independência, fazendo com que o problema mostrado não retorne com brevidade.

As ações do tipo “imediatistas” são as que resolvem o problema com pequenos reparos, arranjos, consertos. Elas são consideradas de resposta rápida, pontuais, dão a impressão de que as demandas sociais são apenas erros passíveis de correção, o resultado é um remédio para sarar o problema. Não se percebe que houve esforço para algum tipo de planejamento e que pouco foi o envolvimento da comunidade na “resolução” da demanda. Ações que não demandaram uma reflexão.

Analisamos as 37 reportagens descritas até aqui e nelas percebemos que em 11 os casos foram considerados estruturantes e em 26 as obras mostradas foram consideradas imediatistas como aparecem a seguir (**Quadro 6**).

Quadro 6 - Classificação das obras mostradas nas reportagens de 2011 a 2015

Estruturantes	Imediatistas
<ul style="list-style-type: none"> • Calçamento de várias ruas do bairro • Sem abastecimento de água • Reconstrução da Escola de Audiocomunicação • Construção de Canal da Avenida Floriano Peixoto a Ponte do Cruzeiro • Rua sem calçamento • Obra de drenagem de águas pluviais • Construção de posto de saúde • Fechamento de cratera e reconstrução de parte da BR que desabou • Reconstrução de posto de saúde • Obra de abastecimento de água • Obra de esgotamento sanitário 	<ul style="list-style-type: none"> • Ponto de ônibus mais próximo • Lixo acumulado em terreno baldio e esgoto entupido • Terraplanagem de estrada na zona rural • Falta de sinalização (faixa de pedestre e quebra-molas) na rua de uma escola. • Falta de tampas nas galerias de água da chuva • Reforma da Escola Estadual Assis Chateaubriand • Buracos abertos em um canal • Falta sinalização (faixa de pedestre) na Avenida Floriano Peixoto • Buracos no calçamento • Esgoto estourado que invade as casas • Obra parada de saneamento básico numa rua • Limpeza no campo de futebol da escola • Linha de ônibus 333 lotada para os estudantes que saem do centro para UEPB E UFCG. • Galeria de água da chuva que junta lixo e mato.

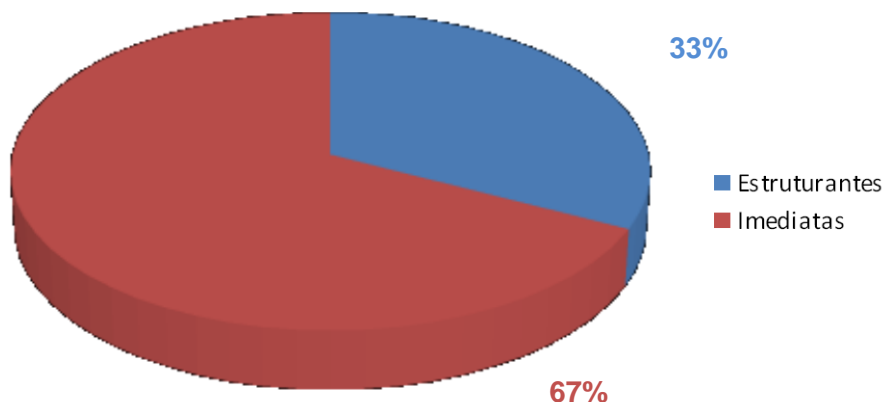
	<ul style="list-style-type: none"> • Obras paradas de uma creche municipal • Falta faixa de pedestre na Avenida Floriano Peixoto, perto da Câmara Municipal. • Esgoto estourado • Faltam banheiros numa escola municipal • Lixo acumulado num terreno baldio • Buraco na rua que impede a passagem do ônibus • Buracos no canal do bairro • Iluminação do trecho da Avenida • Reestruturação da rede elétrica • Redutor de velocidade e faixa de pedestre • Obra de esgotamento sanitário • Limpeza de canal
--	--

Fonte: Elaborado pela Autora, 2016.

As ações de natureza imediatistas, embora decorressem de questões estruturais, somaram 67 %. E as pautas das reportagens eram sobre: falta de ponto de ônibus mais próximo, lixo acumulado em terreno baldio e esgoto entupido, terraplanagem de estrada na zona rural, falta de sinalização na rua de uma escola, falta de tampas nas galerias de água da chuva, buracos abertos em um canal, falta de sinalização na Avenida Floriano Peixoto, buracos no calçamento, esgoto estourado que invade as casas, obra parada de saneamento básico numa rua, limpeza no campo de futebol da escola, linha de ônibus 333 lotada para os estudantes que saem do centro para UEPB E UFCG, galeria de água da chuva que junta lixo e mato, obras paradas de uma creche municipal, falta faixa de pedestre na Avenida Floriano Peixoto, perto da Câmara Municipal, esgoto estourado, faltam banheiros numa escola municipal, lixo acumulado num terreno baldio, buraco na rua que impede a passagem do ônibus, buracos no canal do bairro, iluminação do trecho da Avenida, reestruturação da rede elétrica, redutor de velocidade e faixa de pedestre, obra de esgotamento sanitário e limpeza de canal.

As obras classificadas como “estruturantes” foram 33% do total. Essas questões não podiam ser resolvidas com ações de emergência, demandavam mais tempo e investimentos, algumas vezes envolviam mais de uma localidade e também careciam de um planejamento. As reportagens exibiram casos relacionados a: calçamento de várias ruas do bairro, sem abastecimento de água, reforma na Escola de Audiocomunicação, reforma da Escola Estadual Assis Chateaubriand, construção de Canal da Avenida Floriano Peixoto a Ponte do Cruzeiro, rua sem calçamento, obra de drenagem de águas pluviais, posto de saúde fechado, fechamento de cratera e reconstrução de parte da BR que desabou, outro posto de saúde fechado, abastecimento de água e obra de esgotamento sanitário

Gráfico 4 - Porcentagem de classificação das obras em estruturantes ou imediatistas



Fonte: Elaboração própria a partir das análises das reportagens do “Calendário JPB”, 2016.

Em muitos dos casos os problemas considerados “resolvidos” pela equipe de TV foram ações “imediatistas”, ou seja, não se exigiu um planejamento por parte do poder público já que eram situações paliativas como: “tapa buracos”, limpeza de lixo em terreno baldio, desentupimento de esgoto, terraplanagem de estrada de terra, etc.

Entretanto, as obras inacabadas de escolas ou a construção de um canal que corta vários bairros exigiram uma demora maior de “resposta” à imprensa pelas autoridades,

justamente porque sua resolutividade não tem como ser imediata e sim estruturante. E esses foram os casos em que os jornalistas do “Calendário JPB” mais demandaram retornos à comunidade envolvida.

Tendo em vista que a maioria das obras foi considerada imediata, o “Calendário JPB” nos mostra que existem sim alguns problemas na sociedade, mas que eles não são estruturais, são apenas passíveis de correção. Embora exista a tentativa de sanar esses problemas sociais, a espetacularização da demanda social gera mais atenção e audiência a emissora, do que mesmo uma prestação de serviço aos cidadãos que deram entrevista e se envolveram na cobrança.

4.4.1 As Respostas do Poder Público e a Reação da Comunidade

Nas falas dos personagens mostrados na agenda do Calendário JPB são perceptíveis as tensões midiáticas (ou conflitos de mediação) entre a comunidade e a gestão pública. Recortamos alguns trechos das reportagens para exemplificar esses casos. Em 21 de maio de 2015, moradores do bairro Santa Cruz, em Campina-PB, reclamavam da falta de uma linha de ônibus que passasse dentro do bairro. A reportagem sobre mobilidade urbana mostrou que antes a linha 901 passava no bairro, mas há cerca de dois anos ela foi desativada e desde então os moradores tem que caminhar até cinco quarteirões até o ponto de ônibus mais próximo.

Sobre a ação considerada por esta pesquisa de natureza “imediatista”, a gerente de transportes da Superintendência de Trânsito de Transportes Públicos, Araci Brasil, falou:

A partir do momento que tivermos a pavimentação adequada principalmente por causa dessa rua, nós teremos como trazer de um bairro para outro passando por dentro do bairro.

Em off, a repórter explica que a rota 901 não vai ser reativada, mas há uma proposta de mudança na mesma. A gerente conclui:

A partir de julho, estaremos entrando com os ônibus até a parte que tenha pavimentação em paralelepípedo e futuramente quando a pavimentação se estender, estenderemos o ônibus para a parte mais profunda do bairro.

A moradora desabafa:

Não vai atender 100%a nossa necessidade porque uma parte da nossa comunidade vai ficar desassistida por conta da linha do ônibus, mas vai melhorar o acesso.

O morador apoia:

Não é o que a gente queria, mas já é uma ajuda.

No fim, a demanda mostrada foi considerada “não resolvida”.

Uma demanda interfere em outra e o caso mostra claramente a não inserção deste tipo de ação numa política pública de mobilidade urbana e/ou infraestrutura. O bairro sem pavimentação fica proibido de receber linhas de ônibus, deixando seus moradores sem meios de locomoção. Estado e sociedade não entram em um acordo até então.

Em 24 de junho de 2015, o “Calendário JPB” mostrou uma reportagem sobre o pedido de reforma na rede de esgoto do bairro Novo Cruzeiro. O conjunto foi construído pela Companhia de Habitação Popular do Governo do Estado, a CEHAP, onde moram cerca de 300 famílias. O texto da repórter explica que desde que as casas foram entregues há cerca de um ano, a rede de esgoto de algumas ruas começou a apresentar problemas. A CEHAP pediu 90 dias para resolver e a equipe voltou. A moradora contou:

Nesse pedaço aqui foi resolvido, porém estão terminando, ainda não foi concluído, tão em fase de acabamento ainda, mas ainda tem outras ruas como a Ana Vilar que ainda está lá o caos, que a gente precisa terminar.

O Governo do Estado se pronunciou por meio de nota:

A construtora informou que a obra completa da rua onde o serviço foi feito será concluída ainda esta semana, mas não deu prazo pra fazer o mesmo trabalho nas outras ruas.

A obra que parecia “imediatista” por causa de sua complexidade aparenta mais ser “estruturante”. Compreendemos que por mais que a agenda midiática procure pontuar a demanda, mostrando apenas o problema de uma rua, mais cedo ou mais tarde demandas comuns à mesma localidade emergem também. O que antes seria uma cobrança específica de alguns moradores se volta para uma comunidade inteira. E ainda o fato de não ter representante da Companhia Estadual na cidade para “dar resposta” aos moradores, exigiu que os jornalistas buscassem outros meios editoriais para “responder” a questão. A explicação da gestão pública vem de forma fria, em uma nota oficial.

Outro exemplo do conflito Estado-sociedade pode ser mostrado num caso exibido no dia 22 de dezembro de 2014. A obra de construção de um canal desde o bairro de Bodocongó passando por outros bairros, inclusive, Malvinas mostra claramente uma ação da natureza “estruturante”. A reportagem disse que a obra estava parada há quatro anos e que seria a segunda etapa do projeto que compreende um trecho da Avenida Floriano Peixoto até a Ponte do Cruzeiro.

O secretário de obras do município, André Agra, falou:

A obra teve uma situação de dificuldade com a empresa que estava em situação falimentar. A gente faria a parte de iluminação pública em 60 dias e a ponte em 90 dias.

Sete meses depois a equipe do “Calendário JPB” voltou e nenhuma obra foi iniciada. A morada falou:

Até agora nada, e a gente só esperando, somos muito prejudicados porque quando chove entra água, eu sofro muito ali, iluminação pública que não tem, é muito perigoso.

Outro morador continua:

A gente tá praticamente abandonado, tem pessoas que tem menino na escola, disseram que iam fazer uma passarela, até hoje não fizeram. A gente só tem apoio da imprensa.

O secretário mais uma vez procurado explicou:

É uma obra de 65 milhões, nesse intervalo nós conseguimos licitar, avançou, a parte inicial do canal, os 8 milhões estão liberados, a gente já licitou, já contratou a empresa. A obra está prestes a começar, não começou ainda porque está faltando só os documentos finais via Caixa Econômica. Não vai ser feito só o canal, vai ser feita a urbanização, então tem que ser feito um projeto completo.

Mais um caso considerado pelos jornalistas como “não resolvido”. Percebe-se que mesmo com a pressão midiática, a gestão pública representada pelo secretário faz questão de explicar que a finalização da obra não é tão simples quanto parece e que demanda tempo para planejamento. Vemos o conflito a partir do momento em que “quem dá a solução” e “quem pede” não entra em consenso. Enquanto os moradores reclamam pela iluminação e a construção de uma ponte no canal, a gestão pública fala em construção de um canal que passa por vários bairros e paralelamente a urbanização das localidades por onde a obra passará.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que as consequências dessas reportagens para o desenvolvimento das comunidades envolvidas, no que tange aos tipos de obras cobradas na televisão e de sua natureza, não passaram de ações imediatistas. A maioria foi feita de forma rápida (67% dos casos), sem qualquer tipo de planejamento e muito menos envolvimento da comunidade, o que pode trazer o problema à tona mais uma vez em breve.

Respondendo as questões iniciais desta pesquisa sobre como a televisão regional mediatiza as tensões decorrentes da vida nas cidades, conclui-se que os desdobramentos deixados pela equipe de TV nas localidades encontradas não foram tão impactantes para a vida dos cidadãos quanto é mostrado nas reportagens, visto que na maioria dos casos as obras foram consideradas imediatistas, de rápida resolução, não incluídas em algum tipo de política pública.

Nesse contexto, entendemos que o Jornalismo de Serviço do “Calendário JPB” ao atender determinadas demandas pode até encontrar grande aceitação por prestar reconhecimento social a grupos antes nunca retratados pela mídia dessa maneira. Antes essas pessoas eram acostumadas a dar entrevistas apenas sobre fatos policiais e agora podem aparecer na TV como “lutadores” por sua comunidade. Entretanto, a mídia ao prometer intermediar a conversa povo-poder público, acaba atraindo mais credibilidade a emissora, se constituindo como “TV Regional”, do que propriamente deixando obras estruturantes e/ou desenvolvimento local para os bairros envolvidos. Imaginamos que é preciso ter um olhar crítico quanto à influência da mídia na gestão pública, um lugar que deveria ocupado por outras instituições e pela sociedade.

O “jornalismo de serviço” atua na relação Estado-sociedade, enquadrando as questões de forma a tornar os problemas das localidades como algo a ser gerenciado pelo poder público, e não problematizá-los enquanto direitos. O debate acaba por ser enquadrado dentro de determinado modelo que já produz por antecipação o resultado como explica Sobrinho (2014).

Quando a equipe de TV chega pra gravar as entrevistas é formado um fórum onde os moradores expõem ao repórter suas reclamações, e este em nome dessas pessoas cobra

ao poder público em frente a uma grande audiência do outro lado da tela. Os telespectadores acabam por serem testemunhas daquele compromisso, ou seja, o jornalismo de serviço nesse caso tenta se aproximar e dar a sensação de participação ao público, sendo que os moradores das localidades participantes terminam sem o destaque merecido. Para Sobrinho (2014), o poder público sempre aparece com a imagem de ineficiente e a imagem da emissora como salvadora da comunidade, já que “o próprio carimbo de resolvido é um sinal gráfico da autorreferencialidade da Globo. Não importa se o sistema de esgoto de uma rua levou dois anos para ser resolvido, pois no fim das contas a Globo deu o carimbo e trouxe pra si os méritos”. Onde está a participação igualitária dos cidadãos? O jornalismo de serviço na tentativa de promover a “comunicação para a cidadania” ou a “comunicação para o desenvolvimento”, ao contrário, encobre a realidade e atrai ainda mais prestígio a si próprio.

Percebemos que a participação popular demonstrada nas reportagens exibidas se resume a fala do morador ao reivindicar e mostrar o problema, no entanto quanto às formas de resolução coube apenas aos jornalistas indagarem as autoridades. E assim, os representantes públicos tentarem intercalar o pedido em seu planejamento para atender em primeiro plano a demanda midiática e não a demanda cidadã. O protagonismo da sociedade nessas mediações precisa ser superior ao do espetáculo da mídia, e isso pode e deve acontecer de diversas maneiras.

Como explica Gohn (2004), a participação da comunidade em políticas sociais via conselhos e outras formas institucionalizadas são opções de caminhos. E não é para substituir o Estado, entretanto para lutar para que este cumpra seu dever de propiciar educação, saúde e demais serviços essenciais, uma luta social, portanto pertencente à sociedade.

Ora o conceito de sociedade está ligado à participação e organização da sociedade civil, e na retomada da democracia pós-regime militar novos atores entraram em cena, destacando-se os movimentos sociais populares urbanos reivindicatórios de bens e serviços públicos. Antes de a mídia tomar para si a força mediadora, esses movimentos já tinham como polo de identificação a reivindicação de mais liberdade e justiça social, já havia uma ampliação e uma pluralização dos grupos organizados que resultaram em associações, instituições e Organizações não Governamentais (ONGs) (GOHN, 2004).

A necessidade de acompanhar como a mídia toma para si posições que deveriam ser da população vem da preocupação em perceber de que forma os veículos de comunicação entram no processo de tomada de decisão e como enxergam o desenvolvimento (se de forma estruturante ou imediata). Adotar o papel que seria do cidadão ou de um grupo comunitário é um risco, pois como Schramm (1970) já afirmava: “se os desejos são estimulados, mas não satisfeitos, na melhor das hipóteses o povo não mais morderá a isca, da próxima vez. Na pior das hipóteses, o governo pode ficar em má situação”.

É no plano local, num dado território, que se concentram as forças sociais de uma comunidade, pois geram autoconfiança para que os moradores superem as dificuldades, que por sua vez reproduz a coesão social e a transformação necessária. Uma transformação pautada pela participação cidadã e não só pelas discussões entre jornalistas dispostos a trazer resoluções imediatistas, não-estruturantes e sem perspectiva de desenvolvimento no seu sentido mais amplo. Não se trata somente de estimular as pessoas a participarem mais do processo de formulação de políticas públicas locais, estruturantes, mas de assegurar a qualidade dessa participação.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Marcos. FERNANDES, Renata. **O Poder Hoje está na Mídia**. Rio de Janeiro, 2006.

ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

AZEVEDO, Creuza da S. Planejamento e Gerência no Enfoque Estratégico-Situacional de Carlos Matus. **Caderno Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 129-133, abr./jun. 1992.

BACELAR, Tânia. **Nordeste, Nordestes: Que Nordeste?** Recife, 2000.

Bauman, Zygmunt. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BBC, Brasil. Disponível em : <<http://www.bbc.com>> Acesso em: 15 nov. 2015.

BRASIL. **Brasil em Desenvolvimento. Estado, Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro_BrasilDesenvEN_Vol03.pdf> Acesso em: 15 nov. 2015.

BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Júlio Cesar Cabrera; CORIOLANO, Luiza Neide. **Turismo, Cultura e Desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Crise Financeira Global e Depois: um novo capitalismo? **Revista Novos Estudos**, 2010.

CALAND, Francisca Aparecida Ribeiro. **Regionalização e Jornalismo Comunitário: o quadro Calendário da Rede Clube de Teresina**. Teresina, 2014.

CARNIELLO, Monica Franchi; SANTOS, Moacir José. Comunicação e Desenvolvimento Regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 2013.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada** – a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COSTA, Paulo Celestino. Jornalismo Público: por uma nova relação com os públicos. **Revista Organicom**. São Paulo:, 2006.

COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato. Do Estado Herdado ao Estado Necessário. In: _____. **Gestão Estratégica em Políticas Públicas**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2014.

CUÉLLAR, J. P. (Org.). **Nossa Diversidade Criadora**. Campinas: Papyrus/Brasília, Unesco, 1997. (Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento).

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Dornelles, Beatriz. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e ambiental. **Brazilian journalism research**, 2008.

_____. O Local em Destaque: jornais de bairro x cadernos de bairro. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 9, n. 1, 2012.

FEITOSA, Emanuelle Monike Silva. **A Trajetória da Ciência e da Tecnologia como Notícia na TV Regional**. Campina Grande: UEPB/ CCSA/ DCS , 2008.

FERNANDES, Márcio Ronaldo Santos. Civic journalism no Brasil: a construção de um plano de referência para um jornalismo público. **Revista Comunicação e Cidadania**. Guarapuava, 2008.

FLAUSINO, Cristina Valéria. **Uma Proposta Comunitária: A Rede Globo pode ter uma?** Bahia: INTERCOM, 2002.

FONTELLES, Mauro José. et al. Scientific research methodology: Guidelines for elaboration of a research protocol. **Revista Paraense de Medicina**, v. 23, n. 3, 2009.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

GALVANESE, Carolina; FAVARETO, Arilson. Dilemas do planejamento regional e as instituições do desenvolvimento sustentável. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 84, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v.13, n.2, p.20-31, mai/ago, 2004.

GUARESCHI, Pedrinho A. Mídia e Democracia: o quarto versus o quinto poder. **Revista Debates**, Porto Alegre, 2007.

KISSELER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 40, n. 3, jun., 2006.

MACHADO, Arlindo. **A Televisão Levada a Sério**. São Paulo: Senac, 2000.

MAGALHÃES, Hélio Augusto. **Comunicação e Desenvolvimento no Meio Rural**. Goiânia. 2009.

MEMÓRIA, Globo. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/>> Acesso em: nov. 2015.

MOTA, Alice Agnes Spíndola. A influência da televisão no desenvolvimento regional a zona rural no município de Palmas (TO). **Revista Fronteiras**, 2011.

NABUCO, Maria Regina. **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 273-88, 2006.

PAULA, Patrícia Mota. **Comunicação para o Desenvolvimento: Novo Paradigma de Intervenção Comunitária Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau e de Moçambique**. Lisboa, 2012.

PERUZZO, Cecilia Maria Krohling. **Cidadania, Comunicação e Desenvolvimento Social**. São Paulo: Summus Editorial, 2007.

PIKETTY, Thomas. **O Capital: no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SANTOS, B. de S. **Contra a “sociologia das ausências” a “ sociologia das emergências”**. São Leopoldo: Instituto Humanistas Unisinos, 2007. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-antiores/7421-contra-a-%60sociologia-das-ausencias%60-a-%60sociologia-das-emergencias%60-propoe-boaventura-de-sousa-santos>>. Acesso: 17 jul. 2014.

SANTOS, Martha Isabel Alves. **Telejornalismo do Grotesto: telejornal Aqui e Agora**. São Paulo, 2006.

SCHRAMM, Wilbur. **Comunicação de Massa e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOBRINHO, Carlos Peres de Figueiredo. **Jornalismo de Serviço: Política, Discurso, Representação e Participação em Disputa**. Recife, 2014.

SOUSA, Cidoval Morais. **TV Regional e divulgação científica**. Acervo on-line de Mídia Regional: 2007.

_____. **Televisão Regional – Globalização e Cidadania**. Rio de Janeiro: Sotese, 2006.

SOUSA, Martha Isabel Alves. **Telejornalismo do Grotesco: Telejornal Aqui e Agora**. São Paulo, 2006.

TEIXEIRA, Thays Helena Silva. Comunicação comunitária e jornalismo cidadão: diferenças teóricas e a apropriação mercadológica. **Rev. Estud. Comun.**, Curitiba, v. 13, n. 30, p. 79-88, jan./abr. 2012.